



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

EDITAL Nº 14/2018

CONCURSOS PÚBLICOS DE INGRESSO NAS CARREIRAS DE
ESCRIVÃO DE POLÍCIA E DE INSPETOR DE POLÍCIA

DIVULGAÇÃO DE GABARITOS DEFINITIVOS E JUSTIFICATIVAS
PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES

A Diretora-Geral da Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, por este Edital, para conhecimento dos interessados, os Gabaritos Definitivos das Provas de Capacitação Intelectual, realizadas em 25 de fevereiro de 2018, e Justificativas para Manutenção ou Alteração dos Gabaritos Preliminares.

1. GABARITOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DE CAPACITAÇÃO INTELECTUAL PARA OS CARGOS DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA E DE INSPETOR DE POLÍCIA (nº da questão e alternativa correta):

PRIMEIRA PARTE DA PROVA OBJETIVA – PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	B	D	A	E	B	E	D	A	C	D	B	E	B	B	C	E	E	A	B

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	A	C	E	C	A	C	B	B

SEGUNDA PROVA DA PARTE OBJETIVA – PROVA DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
*	D	D	B	C	A	A	A	B	E	C	B	D	C	D	B	A	B	D	E

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	D	B	E	C	A	B	A	A	A	D	D	E	C	A	A	A	D	A

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
D	B	C	C	A	B	E	C	E	A

2. JUSTIFICATIVAS PARA MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES:

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO: 02 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que fosse indicada a

alternativa que contivesse a alternativa correta quanto à grafia das palavras, assinalando a seguir a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas das linhas 04, 11, 12, 15 e 25. A única alternativa que continha a resposta correta era a indicada pela alternativa B) impulsionando – isolamento – exclusão – propensos – compulsão. Além de o Dicionário Aurélio fornecer sua adesão completa à grafia das palavras propostas, é necessário que se leve em consideração o contexto de ocorrência para se identificar a palavra que completa corretamente as lacunas. No contexto: '...e uma intensa sensação de social', é possível verificar que a palavra 'exclusão', grafada desta forma, completa corretamente a lacuna.

QUESTÃO: 03 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão solicitava que se analisassem as assertivas I, II e III, caso, na linha 36, fosse suprimida a expressão “como Tristan Harris” e, fossem verificadas quantas outras alterações deveriam ser feitas para fins de concordância. Além disso, após as assertivas, fossem indicadas aquelas que estavam incorretas. Observe-se o contexto: 'Há ativistas como Tristan Harris, do Time Well Spent (Tempo Bem Gasto), o qual está tentando levar o mundo da tecnologia para a direção certa.' A substituição do termo 'como Tristan Harris' produziria a seguinte frase: 'Há ativistas, do Time Well Spent (Tempo Bem Gasto), o qual está tentando levar o mundo da tecnologia para a direção certa. A partir da alteração proposta, a assertiva I - Nenhuma alteração, visto que o verbo haver é impessoal. - está incorreta, visto que o referente do pronome relativo passa a ser plural - ativistas **os quais**. A assertiva II. Três alterações, considerado que o termo que flexiona o verbo estar passa a ser ativistas – substantivo flexionado no plural, está correta. Dessa forma, em decorrência da proposta de alteração, três vocábulos assumem a forma plural: estão e o qual, passando a ser grafados como estão e os quais. Quanto à assertiva III - Duas alterações, apenas; o verbo haver deveria ser flexionado no plural e o verbo estar, no singular. - afirmação incorreta, visto que o verbo haver, utilizado na frase é impessoal, portanto o termo 'ativistas' funciona como complemento verbal e não como sujeito. Além disso, é importante ressaltar que as assertivas são autônomas, não havendo nenhuma relação de uma com a outra, mas sim delas em relação à proposta apresentada no enunciado. Dessa forma, há nela a necessidade de interpretação de seu objetivo, descartando-se qualquer possibilidade de dúvida.

QUESTÃO: 04 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão solicitava que, visando manter o sentido original do contexto de ocorrência, fosse verificado entre as propostas apresentadas nas alternativas, a possibilidade de substituição dos vocábulos 'párias' (I.08) e 'primordiais' (I.09), sendo indicada a alternativa A) excluídos – principais. Para que se possa proceder à substituição vocabular é necessário que se considere o contexto de ocorrência e também as possibilidades que os egrégios autores que disponibilizam os dicionários de língua portuguesa nos colocam à disposição. Observe-se o primeiro evento: '...impedir que suas empresas se transformem em párias sociais. Nesse segmento, sugere-se a substituição de 'párias' por 'excluídos' em virtude daquilo que o texto vem apresentando em relação àqueles que não perceberem que a tecnologia (ou o excesso dela) poderia causar aos que dela fazem uso. Nos primeiros parágrafos o texto traz inclusive exemplos de outros segmentos que passaram pelo mesmo problema. Então, caso as empresas não percebam esse movimento, poderão sofrer sérios problemas em virtude dos estragos que poderão promover ou tornar-se-ão excluídas da sociedade em virtude disso. Por tal razão o vocábulo proposto torna-se adequado ao contexto. Observe-se, ainda a afirmação contida no mesmo parágrafo e que antecede a proposta de substituição: 'Obviamente que o pessoal da tecnologia – que geralmente procura melhorar o mundo – não quer seguir esse caminho.', ou seja, caso aqueles que trabalham com tecnologia continuarem com as mesmas ações/atos, automaticamente poderão ver suas empresas - e seus empregos - em processo de exclusão social. Quanto à segunda proposta: 'Há três críticas primordiais __ grandes companhias de tecnologia. A alternativa propõe a troca de primordiais por principais. Traz-se aqui Aurélio (Dicionário de Língua Portuguesa) que nos indica, além de outros, três vocábulos que podem substituir o vocábulo em voga: básico, principal, primeiro. Ainda, Houaiss: nos traz como definição de principal: o que é considerado mais importante, essencial, fundamental. No contexto, o vocábulo proposto tem perfeita adesão às ideias às quais remete. Quanto à possibilidade de alteração para o gabarito expresso pela letra B, esta não se faz possível, visto que 'obstáculos e fundamentais' não mantêm relação de sentido com o contexto. O primeiro vocábulo traduz ideia de 'Embaraço, dificuldade, impedimento, estorvo, empecilho; barreira', destoando totalmente da ideia construída no texto; já o segundo: nos conduz à ideia daquilo que é essencial.

QUESTÃO: 05 - MANTIDA alternativa 'E'. MANTIDA - A questão solicitava que fossem analisadas, considerando as ocorrências da forma verbal 'Há' nas linhas 09 e 37, e avaliadas as assertivas, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas. A banca indicou a letra E, AFIRMANDO que todas as afirmações são verdadeiras. Observem os contextos de ocorrência da forma verbal Há:

Há três críticas primordiais __ grandes companhias de tecnologia. (l. 09).
Há também algumas boas respostas de engenharia.

1. Nas duas situações o verbo haver é utilizado de modo impessoal, ou seja, não há sujeito (Bechara, pág. 438).
 2. A substituição do verbo haver pelo verbo existir configura outra sintaxe na frase, em que ocorre sujeito em ambas, de modo que o verbo 'existir' deve ser flexionado de acordo com esse termo. Portanto: a) Existem três críticas primordiais __ grandes companhias de tecnologia (o sujeito é expresso pelo termo três críticas primordiais __ grandes companhias de tecnologia); b) Existem também algumas boas respostas de engenharia (o sujeito é expresso pelo termo 'algumas boas respostas de engenharia').
 3. Caso se promovesse a alteração dos termos '*três críticas primordiais e algumas boas respostas*', passando-os para o singular, o verbo haver, por ver impessoal (Bechara 438) não sofreria qualquer alteração, visto que esses termos não funcionam como sujeito, mas sim como complementos do verbo.
- Assim sendo, todas as afirmações devem ser assinaladas como verdadeiras.

QUESTÃO: 06 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que, em relação à frase "Será interessante observar se irá tomar as atitudes necessárias para impedir que suas empresas se transformem em párias sociais", retirada do texto, fossem analisadas as assertivas I, II e III e a seguir indicadas as incorretas. A assertiva I. "Evidencia-se no período a ocorrência de uma oração subordinada substantiva subjetiva." está correta, visto que a frase 'observar se irá tomar as atitudes necessárias para impedir que suas empresas se transformem em párias sociais' funciona como sujeito do forma verbal 'será', conforme se verifica em Cegalla (pág. 383), que nos apresenta sete espécies de orações subordinadas substantivas subjetivas. A II. A palavra 'que' poderia ser substituída por 'as quais'. Afirmação incorreta, visto que, no contexto de ocorrência, a palavra que funciona como conjunção integrante, introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva direta, completando o sentido do verbo 'impedir'. Quanto à assertiva III. ' A substituição de 'transformem' por tornem implicaria alteração de regência, a substituição do verbo transformação pelo tornar implica a supressão da preposição 'em', em virtude da regência de um e de outro (Dicionário de Regência, Luft). Portanto, apenas a segunda afirmação está incorreta, conforme indicado.

QUESTÃO: 07 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicitava que fossem analisadas as três críticas feitas no texto às companhias de tecnologia, e, a seguir, assinalas aqueles que, de acordo com o texto, estivessem incorretas. Relativamente à assertiva I. 'A primeira relaciona-se às redes sociais, que garantem ligações pessoais mais intensas, complexas e duradouras.' Afirmação incorreta em virtude do que consta no texto entre as linhas 10 a 13: A primeira é que ela está destruindo a juventude. As **redes sociais** prometem acabar com a solidão, mas na verdade promovem o aumento do e uma intensa sensação de social. Mensagens de texto e outras tecnologias lhe dão mais poder sobre sua interação social, mas também levam a interações mais frágeis e menos engajamento com o mundo real. Neste segmento do texto é possível ver que as interações sociais promovidas pelas redes sociais conduzem a relações frágeis e distantes do mundo real. Traz ainda argumentos que o excesso de exposição pode provocar sérios problemas de saúde (depressão, por exemplo). A segunda assertiva - A segunda diz respeito ao fato de que essas empresas são encorajadoras de uma horda de impulsivos. Afirmação incorreta, visto que o vocábulo horda significa 'Bando indisciplinado; malfazejo - aquele que faz o mal. Nisso, no fazer o mal, não se estabelece relação com a segunda crítica, a qual diz respeito ao fato de que as empresas são produtoras de pessoas viciadas e compulsivas no ato de frequentar as redes sociais com o propósito de ganhar dinheiro. A assertiva III. "A terceira afirma que há um monopólio empresarial que tem poder para dominar a vida daqueles que usam a tecnologia.' O texto afirmar que há **quase** um monopólio (A terceira crítica é que Apple, Amazon, Google e Facebook são quase monopólios que usam seu poder de mercado para invadir

as vidas privadas de seus usuários e impor condições desleais. Dessa forma, o uso do vocábulo 'quase' torna incorreta a afirmação.

QUESTÃO: 08 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão solicitava que fossem avaliadas as assertivas a respeito da frase retirada do texto: “O Snapchat tem o Snapstreak, que recompensa amigos que trocam snaps todos os dias, encorajando assim o comportamento viciante”. Após, assinalasse a alternativa que indicasse quais estariam **incorretas**. Sobre a assertiva I. 'As duas vírgulas poderiam ser retiradas sem causar alteração ao sentido e à sintaxe da frase.' Afirmação incorreta, pois a supressão das vírgulas implicaria alteração sintática no período, em que a oração que está entre vírgulas passaria de adjetiva explicativa para adjetiva restritiva, alterando, por consequência o sentido que uma e outra expressam em relação à oração principal. Relativamente à assertiva II. Ambas as ocorrências da palavra 'que' são pronomes relativos, observe-se o contexto: “O Snapchat tem o Snapstreak, **que** recompensa amigos **que** trocam snaps todos os dias, encorajando assim o comportamento viciante”. Em ambos os casos o pronome reletivo que tem a função de retomar termos que o atecedem (o primeiro retoma o Snapstreak; o segundo, amigos). Portanto, em ambos os casos identifica-se pronomes, cuja função é retomar termos antecedentes (no caso).

QUESTÃO: 09 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão solicitava que, Sobre a frase “do que os que passam menos tempo” (l.17), fossem analisadas as afirmações seguintes: I. Representa o segundo termo de uma comparação. II. Em relação à que a antecede, identifica-se ideia de condicionalidade. III. Exprime ideia de acordo ou conformidade em relação à anterior. E, a seguir, fossem indicadas as que estivessem corretas. Em relação à assertiva II: Em relação à que a antecede, identifica-se ideia de condicionalidade. Observe-se o período: Alunos do oitavo ano que passam 10 horas ou mais em redes sociais têm 56% mais tendência a dizer que são infelizes do que os que passam menos tempo. A relação que se estabelece entre os segmentos frasais nos apresenta ideia de comparação e não de condicionalidade. São dois grupos de alunos (considerando o tempo que passam nas redes sociais) que são comparados em relação ao fato de serem mais ou menos felizes.

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão solicitava que fossem avaliadas as afirmações acerca da frase: “Esses alunos que são usuários constantes de redes sociais têm um risco 27% maior de desenvolver depressão”. Primeiramente é relevante dizer que o equívoco a que se referem dois recursos em nada prejudica a compreensão da questão nem mesmo interfere na possibilidade de resposta que o candidato preparado para o certame possa dar ao questionamento, portanto não há razão que justifique anular a questão. Quanto à afirmação primeira: Caso o termo 'Esses alunos' fosse passado para o singular, outras quatro palavras deveriam sofrer ajustes para fins de concordância. Observe-se a frase após a alteração proposta: Esse aluno que **é usuário constante** de redes sociais **tem um** risco 27% maior de desenvolver depressão”. Portanto, alterar-se-iam os seguintes vocábulos: são, usuários, constantes, têm.

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'D'. A questão solicitava que fossem verificadas as alternativas referentes ao uso de pronomes no texto. Quanto à alternativa D: 'que' (l.18) refere-se a 'Adolescentes' (l.18). Observe-se o contexto: "Adolescentes que passam três horas ou mais em aparelhos eletrônicos...", conforme se verifique o termo que antecede o pronome relativo é expresso pelo substantivo Adolescentes. (Adolescentes - os quais - passam...). A oração iniciada pelo pronome relativo (oração adjetiva restritiva) faz referência ao termo Adolescentes; no caso, o pronome que, funciona como sujeito da oração subordinada. Quanto à alternativa E) 'ela' (l.22) faz referência à 'depressão' (l.22), o pronome 'ela', no contexto, refere-se à segunda crítica (A segunda crítica __ indústria da depressão é a de que ela e...).

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que fosse indicada, dentre as alternativas apresentadas, a formal verba que admitisse conversão para a voz passiva. Inicialmente é importante dizer que o contexto de ocorrência do verbo deveria ser levado em consideração à medida que estava, cada um deles, atrelado à linha que aparecia no texto. Dessa forma, o contexto e a forma como nela ocorria era fazer fundamental para atender ao enunciado. Quando à alternativa C) 'levam'. Observe-se o contexto: Mensagens de texto e outras tecnologias... levam a interações mais frágeis e menos engajamento com o mundo real. Nesse caso, o verbo é transitivo indireto, ocorrendo objeto indireto. Por definição, voz ativa:

forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere é o agente da ação; voz passiva: forma verbal que indica que a pessoa é o objeto da ação verbal. A pessoa, no caso, é o paciente da ação verbal. No contexto, não tem como se fazer a conversão, considerando-se as definições de uma de outra. Pode trazer ainda o que Rocha Lima nos diz: 'Toda frase de VOZ ATIVA é conversível numa de VOZ PASSIVA e vice-versa. E isso se dá, SOMENTE, com VERBO TRANSITIVO DIRETO (VTD) ou BITRANSITIVO (VTDI)'. Observe-se que a proposta alteração de 'levam' para 'são levadas' altera totalmente o sentido, em virtude da forma que a locução verbal assume. Quanto à assertiva D) 'estão', esta forma verbal não admite voz passiva por tratar-se de um verbo de ligação (De acordo com alguns gramáticos, 'aos verbos que não são ativos nem passivos ou reflexivos, são chamados de neutros' - Cegalla).

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão versava sobre acentuação gráfica. Relativamente às palavras 'Irá' e 'Três: a primeira a oxítone terminada em 'a', a segunda é monossílabo tônico.

QUESTÃO: 14 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que fosse indicada a alternativa em que todas as palavras listadas na Coluna 2 da questão anterior continuam a existir na Língua Portuguesa sem o acento gráfico. A questão envolve conhecimentos de acentuação gráfica e vocabulário. Na alternativa indicada como correta, letra B) Último – irá – está, as palavras sem o acento gráfico constituem-se em: ultimo (verbo ultimar, conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo); ira, substantivo comum; esta: pronome demonstrativo).

QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que fossem consideradas as assertivas relativamente a propostas de alteração em situações textuais e, a seguir indicadas quais das propostas NÃO provocariam alteração de sentido ou necessidade de ajustes nas frases em que se inserem? Relativamente à assertiva I - A substituição de 'milhares' (I.05) por muitas. Não está correta, pois, no contexto (milhares de pessoas adoram), a substituição de um pelo outro provoca alteração de sentido (milhares implica uma quantidade bastante expressiva, já muitos equivale a alguns) e de estrutura, visto que cria-se a necessidade de supressão da preposição 'de'. Quanto à assertiva III - A expressão 'poços sem fundo' (linhas 27- 28) poderia ser substituída por 'poços artesianos'. Afirmação incorreta, pois o termo 'poços sem fundo', no contexto, foi utilizado no sentido conotativo - dando a ideia de que não há fim, sempre uma notícia leva a outra e assim consecutivamente. Já 'poços artesianos' é uma expressão de caráter denotativo, referindo-se a um **poço artesiano** que é assim denominado em virtude de as águas fluírem naturalmente do solo, sem a necessidade de bombeamento, sendo, pois, inadequado ao contexto.

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão solicitava que fossem analisadas as propostas de substituição vocabular, sendo indicada aquela que poderia ser realizada sem causar qualquer incorreção ao texto. Relativamente à alternativa A) virtual (I.05) por irreal, provocaria alteração de sentido, visto que o próprio contexto já nos conduz a isso. Observe a frase em que o vocábulo está inserido: Com esta tecnologia em mãos, qualquer um de nós poderá ser envolvido, em apenas alguns minutos, por uma realidade virtual desejada. O próprio enunciado já relaciona o termo virtual com realidade, portanto, o fato de ser virtual não nos conduz à ideal de irreal, mas sim ao fato de que podemos conviver/viver em outro tipo de realidade. Sacconi diz: 'no âmbito da informática, virtual corresponde ao que tem existência aparente e não real, enquanto que irreal corresponde ao 'que não é real'; Aurélio, por sua vez diz: 'Virtual: Que existe como faculdade, porém sem exercício ou efeito atual.' A partir destas definições não podemos usar um pelo outro. Quanto à alternativa dada como correta: C) sequer (I.06) por ao menos, olhe-se para o contexto: sem sequer sair de casa/ sem ao menos sair de cada. Nada se altera com a proposta, portanto a alternativa está correta. Quanto à proposta de substituir habitar (I.07) por residir, tal alteração resultaria em alteração estrutural em virtude da regência do verbo residir.

QUESTÃO: 17 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicitava que, em relação aos **vocábulos impensável e recarregada**, ambos retirados do texto, fossem analisadas as assertivas: que seguiam, sendo indicadas a seguir as corretas I. Ambos são formados pelo acréscimo de um prefixo e um sufixo ao radical. Assertiva correta, visto que a palavra recarregar é formada pelo acréscimo do prefixo re- e do sufixo -ada (formador de substantivos

significando ação - Cegalla 103); já impensável, é formada pelo prefixo im- e do sufixo vel (conforme Cegalla 106). Há que se trazer ainda a noção de recarregada é uma forma nominal do verbo, portanto representa o particípio do verbo, indicando uma noção de finalização/conclusão da ação verbal. Pode ser utilizada como adjetivo, com as terminações ado ou ido, podendo ser flexionado em gênero e número. (No contexto poder-se-ia utilizar a forma 'serem recarregadas', forma que nos garante dizer que funcionam como qualificadores (formas nominais que admitem flexão de gênero e número, portanto desinências nominais) que se relacionam a um substantivo. Quanto à formação do vocábulo impensável, não há questionamento sobre o processo de formação, mas sim sobre os morfemas que o constituem - um prefixo, um radical e um sufixo).II. A flexão no plural de ambos os vocábulos se faz da mesma forma, assertiva incorreta: impensáveis/ recarregadas. III. Pensamento e carregamento são, respectivamente, cognatos de impensável e recarregada, assertiva correta, de acordo com Cegalla.

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicitava que, sobre o uso de vírgulas na linha 02, fossem analisadas as assertivas I, II e III, e, logo a seguir, fosse assinalada a alternativa que indicasse quais estavam incorretas. Relativamente à assertiva I - Justificam-se pela mesma regra, são feitas as seguintes considerações. Observe-se o contexto: 'Neste exato momento, em algum lugar do planeta, a tecnologia que mudará o...'. o uso das vírgulas é justificado por regras distintas. Analise-se: No período, há dois adjuntos adverbiais encadeados, o primeiro, de tempo; o segundo, de lugar; portanto há dois adjuntos adverbiais separados por vírgula - a primeira (nesse caso, conforme preconiza Bechara, há dois termos coordenados - mesmo valor sintático). A segunda vírgula é utilizada para marcar o deslocamento dos adjuntos adverbiais (situação também ancorada em Bechara), que precedem o verbo. Pode-se, ainda, trazer como suporte a tais afirmações sobre o uso da vírgula, Celso Cunha (Nova Gramática do Português Contemporânea), que, no Capítulo 21 sistematiza o uso desse sinal de pontuação (pág. 626 - a vírgula no interior da oração - para separar elementos que exercem a mesma função sintática; pág 627 - para isolar o adjunto adverbial antecipado. Quanto à assertiva II. A segunda vírgula poderia ser suprimida, visto que seu uso é facultativo. Tal afirmação está absolutamente incorreta, visto que os adjuntos adverbiais que estão coordenados foram antepostos ao verbo da oração, sendo, pois obrigatório o uso da vírgula (Bechara), 658/659). A assertiva III não sofreu recurso, porém sendo claramente incorreta, pois tornaria o período uma oração subordinada adjetiva explicativa além de necessitar de outra vírgula após o vocábulo mundo.

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão solicitava que fosse verificada qual a alternativa que, sem causar alteração de sentido ao texto, substituiria a expressão 'demande' (l.16), A) precise de B) precisaria de C) prescinde de D) prescindiria de E) precisará de. Observe-se o contexto: talvez, dependendo do tempo de uso sequencial, **demande** um pouco de energia humana). No contexto, o verbo demandar está flexionado no presente do subjuntivo (ideia que vem reforçada pelo advérbio talvez, incluído na mesma frase). Ao se substituir, é necessário atentar para dois aspectos: o sentido e a estrutura. No caso em análise, o enunciado é objetivo, deve-se considerar o sentido. No contexto, o verbo demandar traz consigo a ideia de 'ter necessidade de; precisar de; necessitar. A substituição proposta também carrega consigo a ideia expressa na frase, pois o fato de precisar de algo, não garante que se obtenho isso, assim como se alerta na frase inicial - Talvez...demande... Para, então, que se mantenha a correlação de sentido, é necessário que se flexione o verbo no mesmo tempo e que o vocábulo carregue a mesma ideia. Caso se usasse a o verbo no futuro, estaríamos provocando alteração no sentido original, pois a ação em si mantém relação com o tempo de uso do equipamento e a energia necessária. Ainda, o tempo verbal aqui em análise não se atrela às demais ações percorridas pelo texto, mas apenas ao que lhe diz respeito - o tempo e a necessidade de energia humana.

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que fossem avaliadas as propostas de reescritura do seguinte trecho: Qualquer pessoa poderá inventar mundos que não existem, e trazê-los na velocidade da luz para habitar o mesmo espaço e tempo em que ela se encontra. Afirmação I. Qualquer pessoa poderá inventar mundos que não existem, e trazer eles na velocidade da luz para habitá-lo ao mesmo espaço e tempo em que ela se encontra. Incorreta devido a erro no uso do pronome **eles** em função de Objeto Direto, além de erro no erro no processo de referenciação do pronome -lo (não há retomada de nenhum termo,

mudando o sentido original). II. Mundos que não existem poderão ser inventados por qualquer pessoa, que os trará na velocidade da luz para habitar o mesmo espaço e tempo em que ela se encontra. Reescritura adequada, visto que se evidencia apenas a inversão de voz verbal na primeira parte e ideias consequentes. III. Ser trazido por eles para habitar o mesmo espaço e tempo em que ela se encontra, qualquer pessoa deverá inventar mundos nos quais não existem nem velocidade nem luz. Incorreto, em função do uso de dever em lugar de poder, provocando alteração de sentido; além disso, ocorre inversão do termo velocidade e luz – original trazer na velocidade da luz – aqui nesta frase está relacionado a existir.

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão solicitava que, em relação a determinados vocábulos do texto e às relações gramaticais e de sentido que estabelecem no texto, fossem analisadas as assertivas e, a seguir, assinalada a alternativa que contivesse apenas as corretas. I. Aliás (I.09) – tem a função de amplificar a ideia expressa. Para que se possa entender a função do vocábulo **aliás**, é necessário que se busque em Koch (coesão textual), entender o papel que ele tem quanto utilizado no texto. Esse operador, ao ser introduzido na teia textual, acrescenta a ela a ideia de amplificação da ideia expressa. Observe-se no contexto do texto: No primeiro parágrafo o autor traz informações a respeito das mudanças rápidas por que passa a vida. Diz que: qualquer pessoa poderá ser levada a qualquer parte do mundo, ou mesmo a uma viagem pelo sistema solar, sem sequer sair de casa. Qualquer pessoa poderá inventar mundos que não existem, e trazê-los na velocidade da luz para habitar o mesmo espaço e tempo em que ela se encontra. Após essas colocações, ao utilizar o operador, aliás, é amplifica a ideia, dizendo que 'com esta tecnologia poderosa, não existe o hoje e o agora. Qualquer ser humano irá para frente ou para trás, poderá olhar um fato histórico, invadir planetas ou vislumbrar o futuro centenas de anos à frente". Ou seja, mesmo que se tenha tudo o que a tecnologia oferece, ainda, poderemos mais ainda. Sobre a afirmação (II. além de (I.18) – liga enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão. Também aqui recorreremos aos processos coesivos indicados por Koch, que nos traz a expressão **além de** como um operador que liga enunciados que constituem argumentos para uma mesma conclusão. No contexto; 'esta tecnologia permitirá um aumento considerável da qualidade de vida de quem a utilizar, além de agregar, instantaneamente, um acúmulo de conhecimento superior ao de todos os demais humano - ou seja, a tecnologia permite um aumento da qualidade de vida, além de (ainda, mas também) um acúmulo de conhecimento. Quanto à afirmação III. porque (I.22) – introduz um enunciado de valor conclusivo em relação aos que o antecedem, esta está incorreta, visto que a conjunção porque, nesse caso, introduz uma explicação. No contexto: ela continuará nas mãos de poucos, porque são poucos aqueles que sabem do seu verdadeiro valor.

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que fossem consideradas as propostas de alteração no texto (desconsiderando-se a necessidade de uso de maiúsculas ou minúsculas) e, a seguir fosse indicada a alternativa que contivesse a(s) assertiva(s) que NÃO ALTERASSE(M) O SENTIDO ORIGINAL NEM PROVOCASSE(M) A ESTRUTURA FRASAL. A assertiva I - Supressão do adjetivo rápido (I.01) - Afirmação incorreta, visto que a supressão do vocábulo interfere na informação que está sendo veiculada. Quanto à classe gramatical do vocábulo, há que se ver em Aurélio: Adjetivo: 1. Que se move depressa, com muita velocidade; ligeiro, veloz. 2. Que dura pouco; breve, passageiro, transitório, efêmero. 3. Que se efetua em pouco tempo; instantâneo. 4. Que executa muito em pouco tempo; ligeiro. ~ V. aço — , *ciclagem* —a, *comida* —a, *cortina* —a, *leitura* —a, *nêutron* —, *pano* — e *reator* — . Advérbio. 5. Com rapidez; rapidamente. Analisando-se o contexto de ocorrência, pode-se atribuir ao vocábulo em apreço tanto uma quanto outra classe gramatical, haja vista o sentido e a compreensão que se faz dele no contexto. Soma-se a isso, ainda, o fato de que a afirmação por si só está incorreta, visto que, independente de classe gramatical, a retirada do vocábulo causa alteração ao sentido do contexto de ocorrência. A assertiva II - Troca do ponto final da linha 03, imediatamente antes de E, por um ponto-e-vírgula não provoca alteração nem quanto ao sentido nem tampouco à estrutura. Observe-se o contexto: 'Neste exato momento, em algum lugar do planeta, a tecnologia que mudará o mundo está nas mãos de alguém. E certamente será usada em benefício próprio.' Ao se promover a troca do ponto que precede a conjunção E por um ponto-e-vírgula, unem-se dois períodos cujo processo sintático se relaciona. O sujeito da forma verbal do segundo período está elíptico e, com a troca de pontuação continuará assim o sendo, sem que haja necessidade de qualquer alteração. O uso do ponto-e-vírgula, nesse caso, separa duas orações coordenadas que anteriormente estavam separadas pelo ponto final. Quanto à assertiva III - Supressão de até mesmo (I.12). Analise-se

o contexto: 'É por isso que a Amazon, inclusive, já planeja vendê-la até mesmo em lojas físicas em várias regiões, algo que seria impensável há poucos anos...' A supressão do elemento 'até mesmo' retira da frase uma informação relevante, visto que com ele o leitor fica informado que de a empresa Amazon planeja a venda da tecnologia (que é feita em várias plataformas - conhecimento compartilhado com o leitor) em lojas físicas, propiciando, desta forma, a aquisição não apenas nos canais de costume. A expressão 'até mesmo' acrescenta uma informação nova àquilo que até então era feita pela empresa detentora da tecnologia. Portanto, suprimir esse termo significa dizer ao leitor que a Amazon fará a venda apenas em lojas físicas. O termo inclusive, que aparece no início do período refere-se ao fato de que a Amazon faz inúmeras transações e que, dentre as suas atividades ainda planeja vender a tecnologia até mesmo em lojas físicas. Portanto, o termo inclusive não se refere à inserção de vendas em lojas físicas, mas sim à inclusão dessa ação em seu planejamento.

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'A'. A questão solicitava que fossem analisadas as assertivas e a seguir indicadas as corretas. Antes de analisarmos as afirmações, é necessário que se verifique que as assertivas são autônomas e que não remetem a qualquer alteração de sentido que possa ser feita ou produzida no texto. Quanto à assertiva I. Caso o termo o futuro (I.10) fosse transformado em forma pronominal em relação ao verbo vislumbrar, a reescrita do fragmento seria vislumbrá-lo. Observe-se que a afirmação restringe ao verbo vislumbrar e ao termo futuro que funciona como objeto direto. No caso, ao transformar o objeto direto em forma pronominal, está assume a forma oblíqua **lo** e, ao unir-se ao verbo, esse deve ser adequar, perdendo a consoante 'r'. (Cegalla, pág. 181). Quanto à assertiva II. A forma pronominal **la** (I.12) em vendê-la refere-se à Amazon. Esta afirmação, nela mesma, faz referência ao texto, portanto deve-se buscar naquele contexto o elemento que é retomado pelo pronome oblíquo 'la', no caso, o pronome faz referência à tecnologia. Quanto à assertiva III. Se na linha 19 fosse suprimido o **advérbio não**, estariam criadas as condições para o uso do pronome enclítico. Afirmação incorreta. No contexto: que não a detiverem, caso suprimíssemos o advérbio não, ainda assim, manter-se-ia a próclise, visto que ali há a ocorrência do pronome relativo que. (Cegalla, pág. 538)

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão solicitava que fossem avaliadas as assertivas relativas a certos vocábulos no texto e, a seguir indicados quais estariam incorretos. Em relação às assertivas, fazem-se as seguintes considerações: I. Na linha 01, **nunca** poderia ser substituído por **jamais** sem provocar alteração do sentido. Observe-se o contexto: O mundo está mudando rápido e os avanços tecnológicos irão transformar como nunca a vida de todos nós. De acordo com Aurélio, o advérbio nunca significa 'Em tempo algum; em nenhum tempo; jamais;', acrescenta ainda: 'Em algum tempo (passado); já, jamais.' Observe-se que no contexto, o termo nunca assume a ideia de jamais, em tempo algum, ou seja, os avanços tecnológicos vão mudar nossa vida como jamais transformaram (já inclusive a possibilidade de perceber-se a elipse do termo transformar imediatamente o termo nunca. Se ainda buscássemos o sentido que jamais tem, também encontraríamos a ideia de nunca, portanto em como nunca e em como jamais ocorre a mesma percepção de que aquilo a que se referem não aconteceu em nenhum momento. Quanto à assertiva II. certamente (I.03), visando à manutenção do sentido, seria adequadamente substituído por de modo indubitável. Afirmação correta, tendo como sustentação a voz de Aurélio (Dicionário da Língua Portuguesa), que traz indubitável como 'Sobre que não pode haver dúvida; incontestável, irrefragável', soma-se a isso, o que o mesmo autor diz sobre 'certamente': 'De modo indubitável; com certeza, decerto'. Portanto, a substituição é clara e respaldada. Observe no contexto: E certamente será usada em benefício próprio - E de modo indubitável será usada em benefício próprio. Já, em relação à afirmação III. sem fios (I.14) poderia ser adequada e corretamente substituído por inafiançável. O vocábulo inafiançável está relacionado à fiança e não fios, portanto, a substituição é inadequada.

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão solicitava que fosse assinalada a alternativa INCORRETA relativamente a determinados vocábulos do texto. A) 'mudando' tem mais letras que fonemas, tem 7 letras e 6 fonemas, devido à ocorrência do dígrafo vocálico -an-CORRETA, portanto. B) Em 'tecnologia', o encontro consonantal 'cn', na pronúncia, tende a constituir duas sílabas pela intercalação de uma vogal. Conforme Bechara, pág. 567: ' os encontros consonânticos, na pronúncia, criam duas sílabas pela intercalação de vogal /tequínologia/ - CORRETO. C) 'Pessoa' apresenta um dígrafo. ss representa um dígrafo (duas

letras, um fonema). D) Em 'existe', a letra x representa o fonema /z/. Afirmação correta - Cegalla pág. 22. E) Em 'impensável' ocorrem dois encontros consonantais. No vocábulo em questão, há dois dígrafos vocálicos im e en (Cegalla, pag. 31) - Dígrafos que representam vogais nasais.

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão solicitava que fosse assinalada a alternativa em que o termo destacado nas frases retiradas do texto exercesse a função sintática diferente dos demais.

A) **que** mudará o mundo (l.02-03). B) **Essa mesma pessoa** poderá ser levada a qualquer parte do mundo (l.05). C) Qualquer pessoa poderá inventar **mundos** (l.06-07). D) **esta tecnologia** permitirá um aumento considerável da qualidade de vida (l.17-18). E) **que** não a detiverem em suas mãos. (l.19-20). Não há qualquer intenção diferente daquela expressa no enunciado: verificar qual dos termos sublinhados não exerce a mesma função que os demais. Assim sendo, sob a luz da sintaxe, dever-se-ia analisar cada frase e identificar os termos que as compunham. Analisando cada uma delas, verifica-se que o único termo sublinhado que não exerce a função de sujeito é o indicado na alternativa C - mundos. Nessa frase mundos funciona como objeto direto do verbo inventar. Quanto ao fato de um recurso trazer o fato de que mundo é sujeito da forma verbal 'existir' (Qualquer pessoa poderá inventar mundos que não existem) tal afirmação não procede, visto que o sujeito do verbo existir é o pronome que, cujo referente é mundos.

QUESTÃO: 27 - ALTERA GABARITO DE ALTERNATIVA 'E' PARA ALTERNATIVA 'A'. A questão solicitava que, levando em conta as informações que a precediam a frase, fossem analisadas as assertivas I, II e III e a seguir, indicadas aquelas que estavam corretas. Antes de analisarmos as alternativas, é importante dizer que ao lermos uma frase, um enunciado, é necessário verificar que termos incluídos neles, ancoram as informações que podem ser depreendidas, conforme nos alerta Platão e Fiorin. Dizem os autores: "Em todos os textos, certas informações são transmitidas explicitamente enquanto outras o são implicitamente, estão pressupostas ou subentendidas. Um texto diz coisas que parece não estar dizendo, porque não as diz explicitamente. Uma leitura eficiente precisa captar tanto as informações explícitas quanto as implícitas. Um leitor perspicaz é aquele capaz de ler nas entrelinhas." A frase: 'Não é nova, mas pode ser muito inovadora e revolucionária' (l.23-24): I. Pode-se inferir, a partir da expressão 'não é nova', que ela já existia. Tal afirmação tem amparo no adjetivo 'nova' que instaura na frase uma informação pressuposta: a de que já existia. Quanto à afirmação II. É possível dizer que, mesmo não sendo nova, é inovadora e revolucionária. Afirmação que pode sofrer interpretação diferente da que se afirma no enunciado em função do modalizar 'pode'. Desta forma, não é possível afirmar que é inovadora e revolucionário. Portanto, aceitam-se as alegações enunciadas nos recursos, tornando a afirmação incorreta. Quanto à afirmação III: Apesar de ser inovadora e revolucionária, não é nova. Em virtude de aqui também não estar presente a ideia introduzida pelo modalizar 'pode', a banca aceita a argumentação apresentada e considera a afirmação incorreta. Dessa forma, altera-se o gabarito para letra A

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão em apreço solicitava que fossem analisadas as possibilidades de retomada da expressão 'esta tecnologia' (l.17), sendo apresentadas as assertivas I. Pronome oblíquo a, nas linhas 18 e 19. II. Pronome pessoal reto ela (l.22). III. Pronomes possessivos Sua (l.21) e seu (l.23), que indicam a posse em relação aos termos que acompanham. IV. Pela reiteração lexical na linha 20. V. Pela elipse do sujeito da forma verbal utilizar (l.18). Quais estão corretos? A) Apenas I e II. B) Apenas III, IV e V. C) Apenas I, II, III e IV. D) Apenas II, III, IV e V. E) I, II, III, IV e V. Inicialmente é importante frisar que a questão considera aspectos elencados no programa que foi efetivamente divulgado no Edital de Abertura desse certame. Nele constavam os seguintes itens: Leitura e compreensão, estruturação do texto; informações implícitas; coesão e coerências textuais, emprego de classes gramaticais, sintaxe do período simples e composto, colocação e reconhecimento de termos e orações no período, dentre muito outros. Assim, são todos esses tópicos que estão contidos nessa questão, de modo que os conhecimentos necessários para desvendar a construção do parágrafo e o percurso coesivo - bem como os elementos responsáveis por isso - deveriam ser acionados para responder ao questionamento. Para análise das assertivas, é necessário que se retorne ao parágrafo em que está inserida a expressão 'esta tecnologia (l. 17)' e se verifique que o pronome oblíquo 'a' tem a função de retomar a expressão ('esta

tecnologia' permitirá um aumento considerável da qualidade de vida de quem **a** (pronome oblíquo na função de objeto direto) utilizar, além de agregar, instantaneamente, um acúmulo de conhecimento superior ao de todos os demais humanos que não **a** (pronome oblíquo na função de objeto direto) detiverem em...'. II - Pronome pessoal reto **ela** (l.22). '...esta tecnologia permitirá um aumento considerável da qualidade de vida de quem **a** utilizar, além de agregar, instantaneamente, um acúmulo de conhecimento superior ao de todos os demais humanos que não **a** detiverem em suas mãos. Em tempos de inteligência artificial, **esta tecnologia** cria inteligência humana, real e multiplicável. Sua magia reside no fato de que faz o cérebro de quem **a** usa crescer exponencialmente. E, apesar de ser acessível a muitos, **ela** continuará nas mãos de poucos...' Observe que o termo inicial é retomado por diversos mecanismo, inclusive por repetição dele mesmo. Segundo Koch (A coesão Textual), 'A coesão é uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro elemento crucial para a sua interpretação, desse modo a repetição do termo na linha 20 (reiteração) não é crucial para a interpretação do pronome ela, visto tratar-se de uma forma lexical (repetição) do termo que iniciou a sequência coesiva do período. Acresça-se ainda a voz de Harweg (in Koch, 2010): 'Para o autor, são os pronomes que constituem um texto em texto. Sua noção de pronome é bastante ampla: Toda e qualquer expressão linguística correferencial, isto é, que expressa um mesmo referente. (...) 'A substituição é, para Harweg, "a troca de uma expressão linguística por outra expressão linguística dada. A primeira das duas expressões, aquela que é trocada, denomina-se *substituendum*; a segunda, que se põe no lugar dela, *substituens*'. Por essa visão, não haveria, pois, razão para se distinguir entre referência e substituição. Desta forma, se veria que o pronome reto 'ela' teria referência/substituição relacionado o termo inicial 'esta tecnologia'. Poder-se-ia ainda acrescentar que o uso da mesma expressão constituição em um processo de reiteração do mesmo item lexical. No que se refere à assertiva IV - Conforme afirma o recurso, ela está correta, de acordo com o gabarito divulgado. Quanto à assertiva V - Pela elipse do sujeito da forma verbal utilizar (l.18). A elipse é uma estratégia linguística em que se omite um item lexical, um sintagma, uma oração ou todo um enunciado, facilmente recuperável pelo contexto. No caso ('...aumento considerável da qualidade de vida de quem a utilizar...') em análise, o sujeito da forma utilizar não é a expressão 'esta tecnologia', mas sim o pronome indefinido *quem*.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que se analise a frase “Aliás, com esta tecnologia poderosa, não existe o hoje e o agora. Qualquer ser humano irá para frente ou para trás, poderá olhar um fato histórico, invadir planetas ou vislumbrar o futuro centenas de anos à frente”, e se indicassem as assertivas incorretas. Em primeiro lugar é preciso dizer que a análise das assertivas se dá à luz da frase que compõe o enunciado, sem considerar as demais informações no texto. Nesse sentido, passemos à análise das assertivas: I. A tecnologia é tão poderosa que o tempo não é empecilho para que se conheçam os fatos presentes, passados e futuros. Afirmação em acordo com a frase, visto que a tecnologia por ser tão poderosa, dá ao ser humano o poder de ser dono do tempo - hoje, ontem, amanhã. Quando há à referência ao fato de ao hoje e ao agora, é possível dizer que não há tempo desconhecido, o homem tornou-se dono de seu tempo em todas as suas possibilidades, todas as suas ações, sejam as realizadas, ou aquelas que não de vir. Enfim, o homem, através da tecnologia tornou-se, pela tecnologia, senhor de tudo, conhecedor de tudo. Observe-se que, metaforicamente o enunciado diz: Com esta tecnologia, não existe o hoje e o agora, porque esse momento é o que o homem está vivendo; dele se sabe, se domina. Portanto, essa informação está inserida no próprio fato de que o ser humano se constitui e sabe de si no momento em que está vivendo, sobre o passado, ele revive; sobre o futuro, ele especula. Nesse sentido, agrega-se a ele, a tecnologia que vai lhe dar condições de dominar todos os tempos, sejam eles o passado ou o futuro. II. O homem é o senhor do tempo, apesar da tecnologia e do poder que ela tem sobre os fatos, afirmação incorreta, pois o homem só será dono do seu tempo, seja no seu passado, ou do seu futuro, se contar com a tecnologia. Sem ela, não haverá o 'senhor do tempo. III. Prever o futuro e reviver o passado são ações que a tecnologia permite que o homem execute. Afirmação correta. Prever o futuro, planejar ações futuras, bem como rever o passado só será possível ao homem se com ele estiver presente a tecnologia.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão solicitava que fossem analisadas as afirmações a respeito dos vocábulos *expansível, fácil, considerável, artificial, multiplicável e acessível* assinalando aquelas que estivessem corretas. I. Todos são flexionados da mesma forma quando no plural. Conforme Cunha, págs. 1243, os adjetivos simples

flexionam tal qual os substantivos. Desta forma, seguem as seguintes regras: Aqueles terminados em -al, -el, -ol e -ul substituem no plural o-l por -is. Os paroxítonos terminados em -il substituem esta terminação por -eis. Assim: *expansíveis, fáceis, consideráveis, artificiais, multiplicáveis e acessíveis*. II. Apenas um assume forma diferente dos demais quando flexionado no plural. Em virtude das regras transcritas acima, o adjetivo fácil é pluralizado em virtude de regra distinta em virtude de ser paroxítono terminado em -il. Afirmação, portanto, correta. III. Todos devem ser acentuados em sua forma plural. Afirmação incorreta, visto que o adjetivo artificial não recebe acento gráfico em sua forma plural.

INFORMÁTICA

QUESTÃO: 01 - ANULADA. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 1. Conhecimentos do sistema operacional Microsoft Windows 7 Professional. Essa questão foi montada tomando-se como base as Figuras 1(a) e 1(b). A Figura 1(a) está correta, entretanto houve um equívoco na inserção da Figura 1(b), que deveria ser outra. Esse erro dificultou ou até mesmo impediu a resolução correta por parte dos candidatos. Em consequência, não há somente uma alternativa que responde corretamente à questão. Há razões técnicas que justificam a anulação desta questão.

QUESTÃO: 02 - MANTIDA alternativa 'D'. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 2. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Word 2007. Quando se inicializa um novo documento no Word 2007, por padrão, esse editor de texto coloca na barra de títulos a inscrição "Documento1", se ele for o primeiro a ser aberto, se for o segundo, aparecerá na barra de títulos a inscrição "Documentos2" e assim sucessivamente. Na Figura 2, do Word 2007, observa-se na barra de títulos o nome "Word1", indicando que esse arquivo, em algum momento já foi salvo. O texto introdutório alerta que os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem a resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário. A questão mostra de forma clara o nome "Word1" e não "Documento1", informando que tal arquivo já foi salvo, com esse nome. Na Figura 2, a seta nº 1 aponta para parágrafos que se encontram selecionados, estando marcados os ícones apontados pelas setas nº 4 e 5, indicando que tais parágrafos estão em negrito e itálico. Nesse caso, pressionando-se, apenas uma vez, sequencialmente, os ícones apontados pelas setas de nº 2, 3, 4, 5, 6 e 7, ocorrerá o seguinte: - seta nº 2 (Limpar formatação): será removida toda a formatação dos parágrafos selecionados, ficando estes sem negrito e sem itálico. Essa ação mantém os parágrafos apontados pela seta nº 1 selecionados. - seta nº 3 (Sublinhado): Os parágrafos selecionados serão sublinhados. - seta nº 4 (Itálico): Os parágrafos selecionados ficarão em itálico. - seta nº 5 (Negrito): Os parágrafos selecionados ficarão em negrito. - seta nº 6 (Salvar): O arquivo "Word1" será salvo novamente. - seta nº 7 (Desfazer): É desfeita a última ação de formatação, passando o parágrafo selecionado a ficar ser negrito. Portanto, ao final de tais ações, o arquivo estará em itálico e sublinhado. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado.

QUESTÃO: 03 - MANTIDA alternativa 'D'. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 2. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Word 2007 e BrOffice 3.2 (Writer). No BrOffice 3.2 Writer, quando dois ou mais parágrafos são selecionados e a formatação de alinhamento é diferente em mais de um desses parágrafos, nenhum ícone de alinhamento é marcado, indicando, visualmente, que tais parágrafos estão com formatações de alinhamento diferentes. Na Figura 3, do BrOffice 3.2 Writer, a seta nº 1 aponta para dois parágrafos que se encontram selecionados. Apesar disso, nenhum dos ícones de alinhamento encontra-se selecionado (Alinhar à esquerda, Centralizado, Alinhar à direita ou Justificado), indicando, conforme já dito que possuem formatação de alinhamento diferentes. Visualmente observa-se que o segundo parágrafo encontra-se alinhado à esquerda, devido a palavra "norte-americano" estar situada antes da margem direita e não "encostada" nela. Portanto, conclui-se que o primeiro parágrafo, com o texto "Recruta Zero", apesar de estar na margem esquerda, ele não se encontra com o alinhamento à esquerda, mas justificado. São dois conceitos completamente diferentes (estar "encostado" na margem esquerda e alinhado à esquerda: o fato de um texto estar "encostado" na margem esquerda não significa que ele esteja com

alinhamento à esquerda; se o texto do parágrafo for curto, como nesse caso ("Recruta Zero"), visualmente tanto faz ele estar com alinhamento à esquerda ou justificado, que visualmente o efeito será o mesmo. O texto introdutório alerta que os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem a resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário. Portanto, nesse caso, concluí-se que os dois parágrafos selecionados estão com alinhamentos diferentes e, por esse motivo, o BrOffice 3.2 Writer não deixa marcado nenhum dos ícones de alinhamento. Consequentemente, a alternativa I está errada ao afirmar que o texto apontado pela seta nº 1 encontra-se com a formatação de alinhamento chamada "Esquerda". Pode-se afirmar, com absoluta certeza, que ambos não possuem a mesma formatação de alinhamento, ou seja, ambos não estão alinhados à esquerda. O item II está certo ao afirmar que nesse arquivo, existem modificações que ainda não foram salvas, o que é comprovado por estar sendo mostrado o asterico (" * "), ao lado da palavra "PADRÃO", na barra de status, assim como o ícone "Salvar", no formato de um pequeno Disquete, na barra de ferramentas "Padrão". O item III está correto, pois esse editor de texto encontra-se com as funcionalidades editar arquivo, autoverificação ortográfica e caracteres não imprimíveis ativas, o que é comprovado pelos seus respectivos ícones estarem marcados e em destaque na barra de ferramentas "Formatação". Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado.

QUESTÃO: 04 - MANTIDA alternativa 'B'. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 3. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Excel 2007. Essa questão explora o conceito de referência absoluta, que indica qual(is) parte(s) de uma fórmula não deve(m) ser alterada(s) ao copiar, colar, arrastar, etc. Elas se mantêm características fixa, como foram definidas inicialmente, e são representadas pelo cifrão (\$). É completamente diferente a fórmula =C5*D4 de =\$C5*\$D\$4. Na primeira parte dessa célula (\$C5), o cifrão antes do "C", indica que a coluna "C" será fixa, ou seja, em nenhum momento ela deixará de ser "C", podendo, entretanto, variar o número "5". Já a inscrição "\$D\$4", indica que nem a letra "D" e nem o número "4" irão variar, eles serão sempre fixos. Nesse caso, observa-se que na célula "E4" a fórmula corrente é ="C4*\$D\$4" e, nesse caso, constarão, nas células abaixo, as seguintes fórmulas e visualizados, posteriormente, os seguintes conteúdos, ao ser utilizada a alça de preenchimento:

>> "E4": =C4*\$D\$4, onde o conteúdo de "C4" é "2" e de "\$D\$4" é "1", sendo sua multiplicação igual a "2".

>> "E5": =C5*\$D\$4, onde o conteúdo de "C5" é "4" e de "\$D\$4" é "1", sendo sua multiplicação igual a "4".

>> "E6": =C6*\$D\$4, onde o conteúdo de "C6" é "6" e de "\$D\$4" é "1", sendo sua multiplicação igual a "6".

>> "E7": =C7*\$D\$4, onde o conteúdo de "C7" é "8" e de "\$D\$4" é "1", sendo sua multiplicação igual a "8".

O texto introdutório alerta que os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem a resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado.

QUESTÃO: 05 - MANTIDA alternativa 'C'. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 3. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Excel 2007. A Figura 5(b), do MS Excel 2007, mostra o resultado obtido após terem sido somadas as quantidades 1 e 2, de cada item da tabela e, por isso, constam nas células "E3", "E4" e "E5", respectivamente, as quantidades "80", "60" e "70", apontadas pela seta nº 4. Para serem obtidos esses valores, existem vários procedimentos que podem ser executados corretamente, como, por exemplo, os descritos nas alternativas I e III: I - selecionando-se o intervalo de células "E3:E5" e pressionando-se, uma vez, o ícone apontado pela seta nº 1. Ao contrário do afirmado pelo candidato, não haverá a soma dos conteúdos das células "E3", "E4" e "E5" e o resultado posto na célula "E6" ou, ainda, que serão somados os conteúdos das células "E3" e "E4" e o

resultado posto na célula "E5". III - selecionando-se o intervalo de células "C2:E5" e pressionando-se, uma vez, o ícone apontado pela seta nº 1. Ao contrário do afirmado pelo candidato, não haverá a soma dos conteúdos das células "E3", "E4" e "E5" e o resultado posto na célula "E6" ou, ainda, que serão somados os conteúdos das células "E3" e "E4" e o resultado posto na célula "E5". O item II está errado, pois se selecionando o intervalo de células "C2:E5" e pressionando-se, uma vez, o ícone apontado pela seta nº 2, não ocorrerá nada, apenas será exibido um menu com outras opções. O texto introdutório alerta que os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem a resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado.

QUESTÃO: 06 - MANTIDA alternativa 'A'. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 7. Conhecimentos sobre o acesso à informação: conhecer a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Transcreve-se, a seguir, o Art. 24. § 1º, da referida Lei. " Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. § 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; II - secreta: 15 (quinze) anos; e III - reservada: 5 (cinco) anos". Portanto, estão corretos/errados, os seguintes itens: I - Certo: segundo a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, dependendo do seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como secreta, sendo 15 (quinze) anos o prazo máximo de restrição de acesso a esse tipo de informação, a partir da data de sua produção. II - Errado: segundo a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, dependendo do seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como reservada, sendo 10 (dez) anos o prazo máximo de restrição de acesso a esse tipo de informação, a partir da data de sua produção. Não são 10 (dez) anos e sim 05 (cinco) anos. II - Errado: segundo a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, dependendo do seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como confidencial, sendo 5 (cinco) anos o prazo máximo de restrição de acesso a esse tipo de informação, a partir da data de sua produção. Não existe a classificação "confidencial". Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado.

QUESTÃO: 07 - MANTIDA alternativa 'A'. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 3. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Excel 2007 e BrOffice 3.2 (Calc). Na Figura 6(a), para que a célula do BrOffice 3.2 Calc, apontada pela seta nº 2, passe a exibir o seu conteúdo com o formato de moeda e as casas decimais correspondentes, ou seja, R\$ 300,45, ficando visualmente com o mesmo aspecto da célula apontada pela seta nº 1 (Figura 6(a)), basta pressionar, uma vez, o ícone de sua barra de ferramentas "Formatação", apontado pela seta nº 3. Caso seja pressionado o ícone apontado pela seta nº 3 e, a seguir, dado um clique, com o botão do mouse, sobre o ícone apontado pela seta nº 5, será exibido o valor R\$ 300,450, que é diferente de R\$ 300,45. Caso, ainda, seja pressionado o ícone apontado pela seta nº 3 e, a seguir, dado um clique, com o botão do mouse, sobre o ícone apontado pela seta nº 6, será exibido com uma visualização diferente da mostrada na célula "C3". Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado.

QUESTÃO: 08 - MANTIDA alternativa 'A'. O conteúdo dessa questão está devidamente previsto no item 6. Conhecimentos sobre o programa Firefox Versão atualizada. Conforme constante no edital, foi utilizada a versão atualizada do Firefox, que é a Quantum, 58.0.1 (64-

bits), que disponibiliza o recurso "Salvar no Pocket". Conforme dito no texto introdutório da prova, os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem a resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário. Em consequência, cumpriu-se o programa de edital, previsto para esse item, que é saber identificar e utilizar as configurações e TODAS as funcionalidades do Firefox, assim como configurar e usar as suas funcionalidades, por meio de teclado e mouse. Nesse caso, para um usuário do navegador Firefox armazenar o link da página eletrônica mostrada na Figura 7(a), bastou dar apenas um clique, com o botão esquerdo do mouse, sobre o ícone da Figura 7(a), apontado pela seta nº 1, e, ao surgir a caixa de diálogo mostrada na Figura 7(b), salvar o link desejado.

Ressalte-se que a alternativa B) está errada, porque ela permite adicionar uma página aos favoritos e não armazenar o link da página eletrônica, nas condições postas nessa questão. Em consequência, há somente uma alternativa que responde corretamente à questão e é a divulgada com o gabarito oficial. Não há razões técnicas que justifiquem a troca do gabarito ou a anulação desta questão, devendo ser mantido, obrigatoriamente, o gabarito oficial divulgado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO: 09 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão aborda a precedência dos conectivos lógicos, o condicional tem como condição a conjunção e como consequência a negação de R. Sendo P verdadeiro, Q falso e R verdadeiro, pois como não se argumenta em contrário, estamos também avaliando a capacidade de interpretação lógico aritmética das propriedades par e ímpar no campo dos números naturais. Assim, sendo no condicional composto da conjunção de uma sentença verdadeira com a negação de uma sentença falta temos que a condição é verdadeira, e sendo a consequência falsa, pois trata-se da negação de uma verdade, concluímos que a sentença composta condicional é falsa.

QUESTÃO: 10 - MANTIDA alternativa 'E'. Pois ao tratar-se de equivalência das sentenças abertas e categóricas, dizer que nem todos os investigados têm domicílio conhecido equivale a dizer que existem investigados que não têm domicílio conhecido. A afirmação da alternativa D é uma indeterminação, pois pode ser verdadeira ou falsa.

QUESTÃO: 11 - MANTIDA alternativa 'C'. As argumentações de uma equivalência não são estritas ao valor-lógico da sentença analisada. Assim, independente da sentença apresentada ser verdadeira ou falsa, deseja-se a análise da sua negação. Pela equivalência de De Morgan a negação de uma conjunção de sentenças é equivalente à disjunção das negações. Sendo que na alternativa D temos a negação de uma disjunção que não é equivalente à disjunção de sentenças negadas.

QUESTÃO: 12 - MANTIDA alternativa 'B'. O tema proposto na questão está presente no programa quando relacionado ao contexto de Analogias. A questão estabelece associação/analogia numérica com a ordem alfabética assim, temos: 1-a; 2-b; 3-c; 4-d; 5-e; 6-f; 7-g; 8-h; 9-i. Portanto, chaga associa-se a 38171.

QUESTÃO: 13 - MANTIDA alternativa 'D'. As regiões em que os círculos se entrelaçam representa que os adolescentes têm mais de uma propriedade e, portanto, usaremos nestas regiões o conectivo da conjunção (e). Entretanto as regiões sombreadas são exclusivas, portanto os indivíduos têm exclusivamente uma das propriedades, por esse motivo usamos o conectivo da disjunção (ou) para representar a reunião destas regiões em separados ou que não possuem indivíduos em comum, ou com mais de uma propriedade. A Alternativa b) não é correta, pois trata da união de todos os conjuntos neste caso devemos sombrear todos os círculos que compõem o diagrama, visto que elementos da intersecção estão na união.

QUESTÃO: 15 - MANTIDA alternativa 'D'. Os exemplos apresentados são explícitos em confirmar as características dos caracteres a serem usados, observando que podem ocorrer caracteres repetidos como identificado no exemplo GG123 e Bb677. Trata-se de uma situação do princípio multiplicativo e aditivo, como a formação permite 2 letras (maiúsculas ou minúsculas) temos $26+26=52$ possibilidades para as letras visto que podemos repetir as letras,

seguido de $9 \times 9 \times 9 = 729$ possibilidades para as sequencias de algarismos que também podem ser repetidos. Assim, o total de possibilidades será $52 \times 52 \times 9 \times 9 = 1971216$.

QUESTÃO: 16 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão inicia apresentando suposições, ou seja, partimos da análise de que os fatos descritos são verdadeiros. Na última sentença, temos uma conjunção, delas deduzimos a verdade de que Claudio efetuou prisão. Como essa sentença é verdadeira, então essa sentença negada é falsa. Assim, no condicional: se Pedro efetuou atos de investigação então Claudio não efetuou prisão, concluímos que para termos esse condicional verdadeiro, a condição deverá ser falsa, logo, Pedro realizou atos de investigação é falso logo sua negação é verdadeira. Assim, na sentença Mario ou Pedro efetuou atos de investigação, para que seja verdadeira, sabendo Pedro realizar atos de investigação é falso, deduzimos que Mario efetuou atos de investigação. Conclusão: Mario realizou atos de investigação, Pedro não realizou atos de investigação e Claudio efetuou prisão.

LEGISLAÇÃO ESTATUTÁRIA

QUESTÃO: 18 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão busca saber se os candidatos conhecem os princípios da Instituição em que pretendem ingressar, a distribuição dos órgãos da Polícia Civil em suas respectivas categorias e sobre o final da carreira, como comissários de polícia. Elaborada com base em texto de lei, indicada na bibliografia para estudo, a questão é clara e quer saber dos candidatos quais, entre as assertivas elencadas (I, II e III), estão corretas e, com isso, assinalar a alternativa correspondente. A assertiva I da questão não está de acordo com o previsto no art. 7º, I a III da Lei Estadual nº 10.994/1997, que estabelece a organização básica da Polícia Civil, dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências: “Art. 7º - São princípios da Polícia Civil: I - a unidade de procedimento; II - a hierarquia; e III - a disciplina.” Portanto, não é princípio da Polícia Civil “a plena prontidão para servir e proteger”. A assertiva II, por sua vez, também está errada, pois conforme o art. 9º, I da suprarreferida lei, são órgãos de direção superior da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul o Chefe de Polícia, o Subchefe de Polícia e a Corregedoria-Geral de Polícia. Não estão incluídos nessa categoria o Conselho Superior de Polícia e o Conselho de Administração Superior que são órgãos colegiados, conforme o inciso III do mesmo artigo. Por fim, a assertiva III está correta eis que tem previsão expressa no art. 3º, §1º da suprarreferida lei: “Art. 3º - Constitui requisito básico para ingresso aos cargos de Inspetor de Polícia e Escrivão de Polícia do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, o diploma de nível superior, sendo o cargo de Comissário de Polícia o final de carreira de ambas as categorias. (Redação dada pela Lei n.º 12.102/04). § 1º - O Comissário de Polícia poderá responder pelo expediente administrativo de Delegacia de Polícia de 1ª categoria, sendo vedada a prática de atos privativos de Delegado de Polícia. (Redação dada pela Lei n.º 12.102/04)”. Assim, a alternativa correta da questão em comento é a B, indicada no gabarito preliminar, ou seja, apenas a assertiva III está correta e deve ser mantido o status da questão em comento.

QUESTÃO: 19 - MANTIDA alternativa 'D'. Ao abordar as faltas funcionais, avalia-se o conhecimento dos candidatos sobre algumas condutas que devem ser evitadas, ou não praticadas, no exercício das funções dos policiais civis do Estado do Rio Grande do Sul, bem como o grau de suas gravidades. As assertivas I, III e V estão previstas, respectivamente, nos incisos XL, XXX e XXV do art. 81 da Lei Estadual nº 7.366/1980, o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, que trata das transgressões disciplinares. As assertivas II e IV estão previstas, respectivamente, nos incisos VII e XXII do mesmo artigo acima mencionado: “Art. 81 - Constituem transgressões disciplinares:.. VII - manter relações de amizade ou exibir-se em público, habitualmente, com pessoas de má reputação, exceto em razão do serviço;... XXII - deixar de tratar superiores hierárquicos, pares, subordinados, advogados, partes, testemunhas, servidores da Justiça e o povo em geral com a deferência e a urbanidade devidas;... XXV - utilizar-se do anonimato ou apresentar parte, queixa ou representação infundada, maliciosamente, contra superior hierárquico ou colega;.. XXX - emitir conceitos desfavoráveis a superiores hierárquicos ou às autoridades constituídas do País ou das nações que mantenham relações diplomáticas com o Brasil, ou criticá-los com o intuito de ofender-lhes a dignidade e reputação; .. XL - receber, exigir ou solicitar propinas, ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto, em razão da função ou cargo;”. O art. 82 e seus parágrafos da suprarreferida lei, por sua vez, classificam as transgressões disciplinares

previstas no art. 81 em leves, médias e graves: “Art. 82 - As transgressões disciplinares classificam-se em: I - leves; II - médias; III - graves. § 1º - São de natureza leve as transgressões enumeradas no art. 81, incisos I a XIII. § 2º - São de natureza média as transgressões enumeradas no art. 81, incisos XIV a XXII. § 3º - São de natureza grave as transgressões enumeradas no art. 81, incisos XXIII a XLIII.”. Assim, está correta a alternativa D devendo ser mantido o status da questão em comento, eis que as assertivas que elenca (I, III e V) são todas transgressões de natureza grave. A assertiva II é leve e a IV é de natureza média.

QUESTÃO: 20 - MANTIDA alternativa 'E'. A questão aborda a pena disciplinar de suspensão, que pode ser aplicada nos casos de faltas funcionais leves, médias ou graves, tendo, portanto, ampla possibilidade de incidência. As alternativas A, B, C e D não são incorretas, pois, conforme o art. 89, I a III e seu parágrafo único, da Lei Estadual nº 7.366/1980, o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, estão expressamente previstas: “Art. 89 - A pena de suspensão, que não excederá a noventa (90) dias, acarretará a perda dos direitos e da remuneração decorrentes do exercício do cargo e será aplicada: I - de trinta e um (31) a noventa (90) dias, nos casos de falta grave; II - de onze (11) a trinta (30) dias, nos casos de falta média; III - de um (1) a dez (10) dias, nos casos de falta leve. Parágrafo único - Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa, obrigando-se, neste caso, o servidor a permanecer no exercício do cargo, com direito à percepção de dois terços (2/3) da respectiva remuneração.” É mister ressaltar que não há confusão na previsão de que a pena de suspensão não poderá exceder a noventa (90) dias com a competência de autoridades administrativas, prevista no art. 94 da Lei Estadual n.º 7366/80, para aplicação da pena de suspensão. Algumas autoridades poderão aplicar no máximo 30 dias de pena de suspensão, como os titulares de Delegacias de Polícia, em relação a seus subordinados. Mais do que esse período deverá ser aplicada por outra autoridade, até o limite de noventa dias. Por outro lado, a questão em comento não trata de suspensão (ou afastamento) preventiva, aplicada, por exemplo, durante a apuração da falta disciplinar, e sim sobre a *pena disciplinar de suspensão* a ser aplicada ao servidor faltoso após a conclusão do processo administrativo-disciplinar (ou a sindicância), respeitadas as garantias do contraditório e da ampla defesa, que acarretará a perda dos direitos e da remuneração decorrentes do exercício do cargo. A alternativa E, por sua vez, está em desacordo com o art. 121 da lei acima referida: “Art. 121 - As penas impostas aos servidores serão anotadas nos respectivos assentamentos, exceção feita da mencionada no inciso I do artigo 83, desta Lei.”. Somente não constará dos assentamentos funcionais do servidor punido com a pena de advertência. Assim, a alternativa E é a que deve ser assinalada, pois está incorreta, devendo ser mantido o status da questão em comento.

QUESTÃO: 21 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão explora a combinação de artigos da Lei Estadual n.º 7366/80 que indicam a competência das autoridades superiores para aplicação de penas disciplinares, quais são estas e seus limites. Tem relação com os conhecimentos necessários ao exercício do cargo sobre hierarquia, disciplina e as consequências de suas inobservâncias. As assertivas I e II estão corretas eis que, respectivamente, de acordo com as disposições do art. 94, IV e VII da Lei Estadual nº 7.366/1980, o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 14.828/2016: “Art. 94 - Para aplicação das penas do art. 83, são competentes: IV - o Corregedor-Geral de Polícia, nas penalidades dos incisos I, II e V em relação aos servidores submetidos à investigação por aquele órgão, podendo propor a aplicação da pena do inciso III; VII - os titulares de Delegacias de Polícia e órgãos de mesmo nível, no caso dos incisos I, II e V, em relação a seus subordinados, desde que a pena do inciso V não exceda a 30 (trinta) dias, podendo propor a aplicação da pena do inciso III.”. O art. 83 da suprarreferida lei, por sua vez, elenca as penas disciplinares: “Art. 83 - São penas disciplinares: I - advertência; II - repreensão; III - remoção por conveniência da disciplina; IV - detenção disciplinar; (REVOGADO pela Lei Complementar n.º 14.828/16). V - suspensão; VI - demissão; VII - demissão a bem do serviço público; VIII - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.”. Assim, os titulares de Delegacias de Polícia poderão aplicar as penas de advertência, repreensão e suspensão, em relação a seus subordinados, sendo que a de suspensão não poderá exceder a 30 (trinta) dias; e o Corregedor-Geral de Polícia poderá aplicar as penas de advertência, repreensão e suspensão em relação aos servidores submetidos à investigação pela Corregedoria-Geral de Polícia. Por fim, a assertiva III resta incorreta, pois o Chefe de

Polícia não poderá aplicar a pena de demissão, conforme o acima mencionado art. 94, II da Lei Estadual n.º 7366/1980, o Estatuto dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 14.828/2016: "*II - o Secretário da Segurança Pública e o Chefe de Polícia, nas penalidades dos incisos I, II, III e V, em relação a todos os servidores;*". Destarte, a alternativa correta é a C devendo ser mantido o status da questão em comento.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO: 22 - MANTIDA alternativa 'C'. Trata-se de questão baseada em notícia vinculada em GaúchaZH, em 14/12/2017 conforme segue link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/giane-guerra/noticia/2017/12/dez-municipios-respndem-por-42-do-pib-do-rs-veja-a-lista-cjb6hy49900ah01p9lqruaydl.html>. No enunciado da questão, foi informado que dez municípios respondem por 42% do Produto Interno Bruto do Estado do Rio Grande do Sul e na sequência questiona-se sobre o município que teve o maior PIB per capita que significa produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes. Há diferença entre questionar o maior "PIB" do RS em 2015 e questionar-se o maior "PIB per capita", enquanto que a resposta do primeiro é Porto Alegre, em relação ao segundo a resposta correta é Triunfo, conforme expresso na notícia e cuja fonte já foi referida. Dessa forma, o enunciado é claro em questionar o maior PIB per capita do RS no ano de 2015, sendo a resposta correta a cidade de Triunfo conforme constou no gabarito das questões publicado. Salienta-se que a matéria jornalística refere-se à pesquisa realizada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) em 2015, sendo os dados divulgados apenas no ano de 2017, quando então foi publicada a referida notícia. Quanto à fonte da questão não há nenhum impedimento no edital sobre sua utilização, estando de acordo com o previsto no mesmo, considerando ser um dos mais importantes veículos de comunicação no Estado do Rio Grande do Sul.

QUESTÃO: 23 - MANTIDA alternativa 'D'. A presente questão deixa explícito que o enunciado refere-se exclusivamente à notícia veiculada no portal de notícias G1, classificado como site de notícias, onde pergunta-se sobre a cidade mais violenta do Brasil segundo pesquisa da ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal realizada em 2016. De acordo com a matéria jornalística publicada (<https://g1.globo.com/mundo/noticia/brasil-tem-19-cidades-em-ranking-de-ong-com-as-50-mais-violentas-do-mundo.ghtml>), a resposta é Natal conforme corretamente publicado no gabarito da presente prova. Ressalta-se que a divulgação da pesquisa ocorreu somente em 2017, segundo a notícia, o que é razoável quando se trata de trabalho de pesquisa. A presente questão é clara ao fazer o questionamento conforme os dados trazidos pela ONG mexicana e publicado na referida notícia, bem como trata-se de assunto previsto no conteúdo do presente certame, abordando assunto de abrangência nacional e inclusive na área de segurança pública justamente vindo ao encontro do cargo objeto do presente concurso.

QUESTÃO: 24 - MANTIDA alternativa 'B'. A questão em análise faz referência específica à notícia veiculada em 24/11/2017 no jornal Correio do Povo (<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/11/635373/Populacao-do-Rio-Grande-do-Sul-cresce-1,5-em-quatros-anos>), abrangendo aspectos geográficos do Rio Grande do Sul conforme o previsto no edital do concurso. Todos os dados explicitados na questão estão de acordo com a fonte referida acima, estando incorreta apenas a alternativa B, conforme gabarito publicado. Segundo a notícia, o correto seria afirmar: "O acesso à internet foi outro ponto pesquisado pelo IBGE. No Rio Grande do Sul, 67% dos lares gaúchos **tem** internet, sendo que o maior acesso é pelo telefone celular". Não caberia colocar um erro de cálculo na questão uma vez que no edital do presente concurso não há tal exigência. Dessa forma, fica mantida a questão sem nenhuma alteração.

QUESTÃO: 25 - MANTIDA alternativa 'E'. A presente questão faz referência específica à notícia veiculada no jornal Correio do Povo em 04/07/2017, conforme o seguinte link: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/7/621988/Paixao-Cortes-anuncia-em-carta-afastamento-da-vida-publica>. As afirmativas sobre a pessoa de Paixão Côrtes foram retiradas dessa publicação, sendo transcritas exatamente como estavam no texto publicado. Ressalta-se que na assertiva II, o uso "comenda da ordem ao Mérito Cultural" não altera de

forma substancial o nome da referida homenagem e, além disso, não havia previsão no edital sobre a exigência de legislação sobre esse aspecto específico. Dessa forma, entende-se não caber nenhuma alteração na presente questão, sendo mantida a mesma.

QUESTÃO: 26 - MANTIDA alternativa 'C'. A presente questão tem como fonte a matéria jornalística publicada na Gaúcha ZH em 28/03/2017 (<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/03/medico-gaучo-recebe-premio-internacional-por-estudos-sobre-a-amamentacao-9758501.html>). Nessa publicação há referência expressa no subtítulo e no corpo do texto que a pesquisa realizada pelo médico gaúcho Cesar Victora que ensejou o prêmio Gairdner, foi realizada em 1985. Ademais, no site da Universidade Federal de Pelotas, onde o médico Cesar é professor emérito, há notícia referindo-se que a pesquisa teria utilizado dados de dezembro de 1984 a dezembro de 1985 (revisão de óbitos infantis), referindo-se que os estudos sobre o tema iniciaram-se na década dos anos 80, conforme segue seguinte trecho: "Na década de 80, o pesquisador da UFPel liderou o primeiro estudo epidemiológico a detectar a relação direta entre amamentação exclusiva e prevenção da mortalidade infantil. Por meio da revisão dos óbitos infantis ocorridos no período de dezembro de 1984 a dezembro de 1985 em dez cidades no Rio Grande do Sul, o estudo de casos e controles revelou que o aleitamento exclusivo até os seis meses reduzia em 14 vezes o risco de óbito infantil por diarreia e em 3,6 vezes o risco de óbito infantil por infecções respiratórias." (<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2017/03/28/cesar-victora-ganha-premio-gairdner-de-saude-global/>). Dessa forma, as únicas opções de datas disponibilizadas na presente questão eram 1985 e 2005, sendo que não há dúvida que o estudo ocorreu ao longo dos anos 80 e, portanto, descartada categoricamente as opções que se referiam à data de 2005. Dessa forma, mantem-se a presente questão sem nenhuma alteração.

DIREITO PENAL

QUESTÃO: 27 - MANTIDA alternativa 'A'. A alternativa A é correta, visto que a exclusiva proteção de bens jurídicos e a intervenção mínima são princípios aplicáveis ao Direito Penal. A alternativa B é incorreta, visto que na maioria das vezes, exatamente por orientarem a aplicação das normas penais, os princípios não são positivados. A alternativa C é incorreta, visto que o princípio da igualdade formal está explicitado no art. 5º, "caput", da Carta Magna de 88. A alternativa D é incorreta, visto que o princípio da presunção (ou estado jurídico) da inocência (ou da não culpabilidade) não impede, em casos excepcionais, a decretação das prisões provisórias preventiva e temporária, desde que observados os requisitos legais. A alternativa E é incorreta, visto que é exatamente o contrário. O princípio da lesividade exige lesão ou, no mínimo, ameaça a bem jurídico tutelado

QUESTÃO: 28 - MANTIDA alternativa 'B'. Alternativa A. Correta. Extra-atividade é a possibilidade de a lei penal, depois de revogada, continuar a regular fatos ocorridos durante a vigência ou retroagir para alcançar fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor, temos assim a ultra-atividade e a retroatividade, respectivamente. Alternativa B. Incorreta. Quando se fala em ultra-atividade, entende-se que a lei penal, depois de revogada, poderá regular fatos ocorridos durante a sua vigência e não antes. Alternativa C. Correta. No "caput" do artigo em comento, o dispositivo penal disciplina a "abolitio criminis" e, no parágrafo único, a lei que, de qualquer forma, beneficiar o agente ("novatio legis in melius"). Em qualquer dos casos, verifica-se a retroatividade. Alternativa D. Correta. Sabe-se que não há óbice à aplicação retroativa da "lex mitior" mesmo depois de transitado em julgado a sentença condenatória ou extinta a punibilidade e a assertiva justamente remete à devida análise de possibilidade de aplicação. Alternativa E. Correta. É o que dizem os artigos 2º, "caput" e 107, III, do Diploma Penal.

QUESTÃO: 29 - MANTIDA alternativa 'A'. Alternativa A. Correta. Leitura fria do art. 298 do Código Penal. Alternativa B. Incorreta. O parágrafo único do art. 298 do Código Penal equipara a documento particular, somente o cartão de crédito ou débito. Alternativa C. Incorreta. Segundo o art. 299 do Código Penal, o objeto material da falsidade ideológica é tanto o documento público quanto particular. Alternativa D. Incorreta. De acordo com o parágrafo único do art. 299 do Código Penal, a pena aumenta de sexta parte. Alternativa E. Incorreta. A ocorrência do resultado desejado pelo agente que pratica falsidade ideológica é mero exaurimento, portanto trata-se crime formal, que se consuma tão somente com a conduta descrita no tipo. Basta a omissão, em documento público ou particular, a declaração que dele

devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, independentemente de resultado naturalístico, consistente em efetiva concretização do prejuízo material.

QUESTÃO: 30 - MANTIDA alternativa 'A'. Segundo leitura estrita da lei em análise, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Incorreta. Nos termos do art. 5º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher deve ser baseada no GÊNERO, o que foi omitido na presente alternativa: “Art. 5o Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Alternativa B) Embora haja decisões isoladas admitindo a aplicação da Lei Maria da Penha a favor de homens, pode-se dizer que a incidência da citada lei está condicionada à presença de 3 (três) pressupostos não alternativos, quais sejam: sujeito passivo mulher; prática de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral; violência dolosa praticada no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto. Correta.

Primeiramente, com relação às decisões isoladas admitindo a aplicação da Lei Maria da Penha a pessoas do sexo masculino, tal afirmação é encontrada na bibliografia (LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada. Volume Único. 4ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2016) indicada, conforme se vê abaixo:

No sentido de que as disposições específicas da Lei Maria da Penha estão voltadas exclusivamente à proteção da mulher: STJ, 5ª Turma, RHC 27.622/RJ, Rel. Min. Jorge Mussi, j. 07/08/2012, DJe 23/08/2012. Na mesma linha: STJ, 3ª Seção, CC 88.027/MG, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 18/12/2008. Afastando a aplicação da Lei nº 11.340/06 à violência perpetrada entre dois irmãos do sexo masculino: STJ, 6ª Turma, HC 212.767/DF, Rel. Min. Vasco Della Giustina – Desembargador convocado do TJ/RS –, j. 13/09/2011, DJe 09/11/2011. Há decisão isolada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais admitindo a aplicação da Lei Maria da Penha a favor de homem vítima de violência doméstica: TJMG, ACrim. 1.0672.07.249317-0, j. 06/11/2007, Rel. Des. Judimar Biber.

Feita a observação preliminar, observa-se que os quesitos da assertiva foram extraídos, basicamente, da conjunção dos artigos 5º e 7º da Lei Maria da Penha: “Art. 5o Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar CONTRA A MULHER qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - NO ÂMBITO DA UNIDADE DOMÉSTICA, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - NO ÂMBITO DA FAMÍLIA, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - EM QUALQUER RELAÇÃO ÍNTIMA DE AFETO, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual; “Art. 7o São formas de violência doméstica e familiar CONTRA A MULHER, entre outras: I - a VIOLÊNCIA FÍSICA, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a VIOLÊNCIA SEXUAL,

entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a VIOLÊNCIA PATRIMONIAL, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a VIOLÊNCIA MORAL, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Frise-se que segundo a doutrina geral do direito penal, todos os crimes possuem a modalidade dolosa, no entanto nem todos os crimes admitem o elemento subjetivo da culpa. Para que um crime possa ser responsabilizado em virtude de ser culposo, é indispensável que a lei anteveja a modalidade culposa para aquele delito. Se a lei não previu modalidade culposa é porque aquela conduta, quando não dolosa, não é relevante penalmente. Na questão em estudo, bem como na assertiva, a todo instante foi feita a referência à leitura e consideração da lei 11.340/2006. A lei não faz referência à modalidade culposa. Ademais, frise-se que estamos falando aqui em violência de gênero e o próprio caput do artigo 5º faz referência à consciência e vontade do agente quando se refere à ação ou omissão baseada no gênero (DOLO).

À primeira vista, considerando-se que o art. 5º e os incisos do art. 7º não estabelecem qualquer distinção, poder-se-ia pensar que toda e qualquer infração penal – dolosa ou culposa – seria capaz de configurar violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, se se trata de violência de gênero – de se notar que o próprio art. 5º, *caput*, faz referência à *qualquer ação ou omissão baseada no gênero* –, deve ficar evidenciada a consciência e a vontade do agente de atingir uma mulher em situação de vulnerabilidade, o que somente seria possível na hipótese de crimes dolosos. De mais a mais, considerando o menor desvalor inerente aos crimes culposos, que derivam da inobservância de um dever objetivo de cuidado, e não de uma vontade consciente de se aproveitar da situação vulnerável da mulher no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, não faria sentido privar o acusado de tais crimes do gozo dos benefícios despenalizadores previstos na Lei nº 9.099/95, como poderia ocorrer, por exemplo, em um eventual crime de lesão corporal culposa praticado por um pai em detrimento de sua filha.⁶

Em tempo, o argumento utilizado por parte dos recorrentes diz respeito à questão da utilização da condição aditiva “e” de maneira imprópria quando se refere à violência doméstica e familiar contra a mulher. Ora, em momento algum quando se fala nos 3 (três) pressupostos não alternativos, coloca-se voga em tal questão, muito pelo contrário, a cumulatividade se refere aos artigos 5º e 7º da lei em comento e não ao caput do artigo 5º. Na assertiva há referência, inclusive a não concomitância sobre o âmbito doméstico e familiar: “violência dolosa praticada no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto”

Interessante perceber que a Lei Maria da Penha utiliza a conjunção aditiva “e” de maneira imprópria quando se refere à violência doméstica e familiar contra a mulher. Explica-se: à primeira vista, diante do emprego dessa conjunção aditiva, fica a impressão (equivocada) de que a aplicação da Lei Maria da Penha seria possível apenas nas hipóteses em que a violência fosse praticada no âmbito doméstico, e, concomitantemente, entre familiares. No entanto, para fins de incidência da Lei nº 11.340/06, basta a configuração de qualquer uma das situações elencadas no art. 5º, incisos I, II e III, ou seja, uma violência perpetrada contra a mulher no ambiente doméstico (art. 5º, I), no âmbito familiar (art. 5º, II) ou em qualquer relação íntima de afeto (art. 5º, III). Portanto, melhor teria andado o legislador se tivesse optado pela expressão “violência doméstica ou familiar contra a mulher”, sobretudo se consideramos que o próprio art. 5º, inciso I, da Lei Maria da Penha, deixa claro que, nas hipóteses de violência executadas no âmbito da unidade doméstica, sequer há necessidade de vínculo familiar entre agressor e vítima – note-se que o dispositivo faz referência ao espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.⁵

5 Com entendimento semelhante: PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei nº 11.340/06: análise crítica e sistêmica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007, p. 26.

Enfim, a questão foi retirada da bibliografia indicada, como já dito acima, e retrata basicamente o que diz a Lei maria da Penha.

Em síntese, pode-se dizer que a incidência da Lei Maria da Penha está condicionada à presença de 3 (três) pressupostos cumulativos (e não alternativos):

- 1) sujeito passivo mulher;
- 2) prática de violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral: para fins de incidência da Lei Maria da Penha, basta o cometimento de qualquer uma das hipóteses de violência previstas nos incisos I a V do art. 7º;
- 3) violência dolosa praticada no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto: estas situações em que se presume a maior vulnerabilidade da mulher também são alternativas. Logo, para fins de incidência da Lei Maria da Penha, basta a presença de uma delas.

C) Para a caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher, não é necessário que a violência seja perpetrada por pessoas de sexo diverso. Correta. Sujeito ativo pode ser tanto o homem quanto a mulher.

D) Confirmando a discricionariedade dispensada ao trabalho investigatório da autoridade policial, prevê a Lei Maria da Penha que a autoridade policial deve colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias. Correta. É o que determina o art. 12, II, da Lei em comento: “Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, DEVERÁ a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;”

E) As relações pessoais enunciadas na Lei em comento independem de orientação sexual. Correta. A afirmativa está de acordo com o art. 2º da Lei Maria da Penha: “Art. 2º - Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, ORIENTAÇÃO SEXUAL, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.”

QUESTÃO: 31 - MANTIDA alternativa 'A'. Alternativa A. Correta. Leitura do art. 1º da Lei

11.343/06. Alternativa B. Incorreta. O STF, no julgamento do RE 430.105 decidiu que o porte de drogas para consumo próprio é crime descrito no art. 28 da Lei de Drogas (LD). Alternativa C. Incorreta. A figura do tráfico ilícito de drogas admite coautoria e participação em todas as condutas descritas no tipo. Alternativa D. Incorreta. No que tange ao objeto material, como se vê nos artigos 1º e 66 da LD, constata-se que o legislador optou pela seguinte denominação: drogas. A denominação exposta na assertiva é aquela expressão encontrada na Lei 6,368/76. Alternativa E. Incorreta. Algumas condutas constituem crimes instantâneos, como, por exemplo, "vender", "adquirir", "oferecer". Há também aquelas que configuram delitos permanentes, ou seja, aqueles onde a consumação se alonga no tempo, a exemplo de "ter em depósito", "trazer consigo" e "guardar".

QUESTÃO: 32 - MANTIDA alternativa 'D'. Alternativa A. Correta. A vida, no capítulo I do Diploma Penal, é tutelada em suas diversas formas, tanto intrauterina, pela tipificação dos crimes de aborto, quanto extrauterina, objeto jurídico verificado nos crimes de homicídio, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio. Alternativa B. Correta. Segundo doutrina e jurisprudência dominantes é possível admitir tanto o dolo direto quando o indireto (ou eventual) nos crimes dolosos contra a vida. Alternativa C. Correta. Leitura do art. 121, § 2º-A, do Código Penal. Alternativa D. Incorreta. O infanticídio exige, como elementar típica, a influência de estado puerperal (elemento etiológico). Alternativa E. Correta. O delito do art. 122 do Código Penal é de tipo misto alternativo, contemplando três condutas distintas: induzir, instigar e auxiliar, as duas primeiras representando uma participação moral e, a última, a participação material. A questão está de acordo com o Código Penal, jurisprudência consolidada e bibliografia indicada, no caso, Manual de Direito Penal (Parte Especial) do autor Rogério Sanches.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO: 33 - MANTIDA alternativa 'D'. O recurso interposto vai de encontro ao texto do artigo 290 do CPP, que determina a apresentação do flagrado à autoridade local, havendo, portanto, desvinculação entre as regras de competência judicial e as regras de competência policial. Diz o artigo referido: CPP, art. 290. Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor poderá efetuar-lhe a prisão no lugar onde o alcançar, apresentando-o imediatamente à autoridade local, que, depois de lavrado, se for o caso, o auto de flagrante, providenciará a remoção do preso. Em vista disso, indefiro o recurso.

QUESTÃO: 34 - MANTIDA alternativa 'E'. Com exceção da Lei de Execução Penal, o programa da disciplina "Direito Processual Penal" não está assentado em nenhum outro diploma legal brasileiro, seja ele de caráter constitucional (Constituição Federal) ou infraconstitucional (Código de Processo Penal ou legislação extravagante). Como se pode observar, ele faz referência a institutos, em lugar de mencionar legislação. Em razão disso, seguindo a linha de raciocínio manifestada pelos recorrentes, sequer situações previstas na Constituição Federal (exemplo: competência da Polícia Federal e da Polícia Civil) poderiam ser questionadas, em razão nada prever o Código de Processo Penal nesse sentido. O mesmo se pode dizer em relação a outros tantos institutos, tais como, procedimentos em espécie, presentes, inclusive, em legislação especial. Essa situação fica ainda mais patente com o tópico "Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil", que sequer elenca quais os tratados e convenções que poderão ser objeto de questionamento. Portanto, o erro argumentativo dos recorrentes está em pensar que o edital está vinculado ao Código de Processo Penal. Entretanto, tal pensar contradiz o próprio fundamento dos recursos, pois haveria a necessidade de previsão expressa de tal legislação, algo que não ocorreu no presente certame, justamente por se estar centrado na abordagem de institutos de direito processual penal, em lugar de textos de lei em específico. No que diz respeito ao conhecimento exigido para questão em apreço, ele está ligado a "Investigação criminal policial (inquérito policial e verificação preliminar de informação)" e "Sujeitos da persecução penal" (onde está inserida a figura do Delegado de Polícia, em razão de o programa não se referir a "Sujeitos do processo penal", mas da "persecução penal"). Ao contrário do que foi sustentado nos recursos, a questão encontra amparo no § 6º do artigo 2º da Lei nº 12.830/2013, que diz: Lei nº 12.830/2013, artigo 2º. (...) § 6º. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a

autoria, materialidade e suas circunstâncias. Diferentemente do sustentado pelo recorrente, a Lei Complementar nº 75/1993, em nenhum momento, autoriza o Ministério Público a requisitar o indiciamento de alguém à autoridade policial. O que aquela legislação lhe autoriza, em relação à autoridade policial, é a requisição de diligências investigatórias e instauração de inquéritos policiais.

QUESTÃO: 35 - MANTIDA alternativa 'C'. Com exceção da Lei de Execução Penal, o programa da disciplina “Direito Processual Penal” não está assentado em nenhum outro diploma legal brasileiro, seja ele de caráter constitucional (Constituição Federal) ou infraconstitucional (Código de Processo Penal ou legislação extravagante). Como se pode observar, ele faz referência a institutos, em lugar de mencionar legislação. Em razão disso, seguindo a linha de raciocínio manifestada pelos recorrentes, sequer situações previstas na Constituição Federal (exemplo: competência da Polícia Federal e da Polícia Civil) poderiam ser questionadas, em razão nada prever o Código de Processo Penal nesse sentido. O mesmo se pode dizer em relação a outros tantos institutos, tais como, procedimentos em espécie, presentes, inclusive, em legislação especial. Essa situação fica ainda mais patente com o tópico “Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil”, que sequer elenca quais os tratados e convenções que poderão ser objeto de questionamento. Portanto, o erro argumentativo dos recorrentes está em pensar que o edital está vinculado ao Código de Processo Penal. Entretanto, tal pensar contradiz o próprio fundamento dos recursos, pois haveria a necessidade de previsão expressa de tal legislação, algo que não ocorreu no presente certame, justamente por se estar centrado na abordagem de institutos de direito processual penal, em lugar de textos de lei em específico. No que diz respeito ao conhecimento exigido para questão em apreço, ele está ligado a “Princípios processuais penais” (publicidade e sigilo); “Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil”; “Investigação criminal policial (inquérito policial e verificação preliminar de informação)” e “Sujeitos da persecução penal” (onde está inserida a figura do Delegado de Polícia, em razão de o programa não se referir a “Sujeitos do processo penal”, mas da “persecução penal”). Por fim, de bom tom lembrar que o edital do certame foi retificado em data de 18 de janeiro de 2018, oportunidade em que, no programa de direito processual penal, passou a indicar o conhecimento de “legislação nacional”, em clara alusão ao fato de que, no que diz respeito àquela área de conhecimento, não estaria a se referir, como pretende o recurso, somente o conhecimento do teor do Código de Processo Penal. Ao contrário do que foi sustentado no recurso, a questão diz respeito explicitamente à investigação criminal que envolve organização criminosa, não mencionando qualquer outro tipo de investigação criminal sobre outros fatos. Em sendo assim, a disciplina relativa à investigação criminal que envolve organizações criminosas consta na Lei nº 12.850/2013. Sobre o conhecimento exigido na questão recorrida, expressamente diz o artigo 23 daquela lei: Lei nº 12.850/2013. Art. 23. O sigilo da investigação poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da celeridade e da eficácia das diligências investigatórias, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento. No que diz respeito à letra “a”, sua incorreção está em restringir à autoridade policial a possibilidade de decretar o sigilo de investigação criminal envolvendo organizações criminosas. No que diz respeito à letra “b”, a justificativa apresenta pela autoridade policial encontra amparo no artigo 23 da Lei nº 12.850/2013. No que diz respeito à letra “c”, ela foi a apontada como correta pela banca examinadora. No que diz respeito à letra “d”, o acesso do defensor à investigação não será autorizado “somente após a expedição do relatório final por parte da autoridade policial, mas antes de sua remessa ao Poder Judiciário”, tendo em vista que poderá ele, de acordo com entendimento sumular, ter acesso antes disso, caso preencha os requisitos naquele entendimento jurisprudencial consolidado. Logo, tal assertiva traz uma limitação errônea. No que diz respeito à letra “a”, sua incorreção está em restringir à autoridade policial a possibilidade de decretar o sigilo de investigação criminal envolvendo organizações criminosas. No que diz respeito à letra “e”, o sigilo da investigação não atinge, de forma integral, ao defensor do investigado. Além disso, o recorrente presume o acesso de terceiros à investigação criminal. No entanto, a assertiva não trata da pessoa do investigado, mas de

“terceiros”, sendo que estes não têm acesso ao conteúdo da investigação criminal, mesmo depois de ela encerrada e já distribuída ao Poder Judiciário.

QUESTÃO: 36 - MANTIDA alternativa 'A'. Com exceção da Lei de Execução Penal, o programa da disciplina “Direito Processual Penal” não está assentado em nenhum outro diploma legal brasileiro, seja ele de caráter constitucional (Constituição Federal) ou infraconstitucional (Código de Processo Penal ou legislação extravagante). Como se pode observar, ele faz referência a institutos, em lugar de mencionar legislação. Em razão disso, seguindo a linha de raciocínio manifestada pelos recorrentes, sequer situações previstas na Constituição Federal (exemplo: competência da Polícia Federal e da Polícia Civil) poderiam ser questionadas, em razão nada prever o Código de Processo Penal nesse sentido. O mesmo se pode dizer em relação a outros tantos institutos, tais como, procedimentos em espécie, presentes, inclusive, em legislação especial. Essa situação fica ainda mais patente com o tópico “Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil”, que sequer elenca quais os tratados e convenções que poderão ser objeto de questionamento. Portanto, o erro argumentativo dos recorrentes está em pensar que o edital está vinculado ao Código de Processo Penal. Entretanto, tal pensar contradiz o próprio fundamento dos recursos, pois haveria a necessidade de previsão expressa de tal legislação, algo que não ocorreu no presente certame, justamente por se estar centrado na abordagem de institutos de direito processual penal, em lugar de textos de lei em específico. No que diz respeito ao conhecimento exigido para questão em apreço, ele está ligado a “Princípios processuais penais” (publicidade e sigilo); “Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil”; “Investigação criminal policial (inquérito policial e verificação preliminar de informação)” e “Sujeitos da persecução penal” (onde está inserida a figura do Delegado de Polícia, em razão de o programa não se referir a “Sujeitos do processo penal”, mas da “persecução penal”). Por fim, de bom tom lembrar que o edital do certame foi retificado em data de 18 de janeiro de 2018, oportunidade em que, no programa de direito processual penal, passou a indicar o conhecimento de “legislação nacional”, em clara alusão ao fato de que, no que diz respeito àquela área de conhecimento, não estaria a se referir, como pretende o recurso, somente o conhecimento do teor do Código de Processo Penal. No que diz respeito à letra “a”, sua correção está em restringir a conduta exigida ao fato de a infração penal ser “inafiançável”. Tal encontra respaldo na legislação que abaixo segue: CPP, art. 287. Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado. CPP, art. 297. Para o cumprimento de mandado expedido pela autoridade judiciária, a autoridade policial poderá expedir tantos outros quantos necessários às diligências, devendo neles ser fielmente reproduzido o teor do mandado original. CPP, art. 323. Não será concedida fiança: I – (...); II - nos crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e nos definidos como crimes hediondos. No que diz respeito à letra “e”, sua incorreção está em restringir a conduta exigida ao fato de a infração penal ser “afiançável”. Tal não encontra respaldo na legislação citada.

QUESTÃO: 37 - MANTIDA alternativa 'A'. O presente recurso pretende a anulação da questão recorrida, sob o fundamento de que a redação fez menção à possibilidade (“poderão”) de a prisão ser realizada por aqueles agentes policiais, em lugar de fazer menção à obrigatoriedade de eles assim procederem (“deverão”). Contudo, o argumento apresentado vai de encontro ao texto literal do § 1º do artigo 289-A do Código de Processo Penal, quando diz: CPP, art. 289-A. O juiz competente providenciará o imediato registro do mandado de prisão em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça para essa finalidade. § 1º. Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

QUESTÃO: 38 - MANTIDA alternativa 'A'. O presente recurso busca a anulação da questão recorrida, sob o fundamento de que o conhecimento nela exigido não faz parte do programa de direito processual penal e bibliografia constantes no edital do certame. Entretanto, tal argumento não procede. I – Com exceção da Lei de Execução Penal, o programa da disciplina “Direito Processual Penal” não está assentado em nenhum outro diploma legal brasileiro, seja

ele de caráter constitucional (Constituição Federal) ou infraconstitucional (Código de Processo Penal ou legislação extravagante). Como se pode observar, ele faz referência a institutos, em lugar de mencionar legislação. Em razão disso, seguindo a linha de raciocínio manifestada pelos recorrentes, sequer situações previstas na Constituição Federal (exemplo: competência da Polícia Federal e da Polícia Civil) poderiam ser questionadas, em razão de nada prever o Código de Processo Penal nesse sentido. O mesmo se pode dizer em relação a outros tantos institutos, tais como, procedimentos em espécie, presentes, inclusive, em legislação especial. Essa situação fica ainda mais patente com o tópico “Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil”, que sequer elenca quais os tratados e convenções que poderão ser objeto de questionamento. A condição para que tais tratados e convenções fossem exigidos no presente certame é que eles houvessem sido “ratificados pelo Brasil”. Pensar em sentido contrário levaria à seguinte conclusão: mesmo havendo previsão de tratados e convenções como temas aptos a serem exigidos nas provas do presente certame, nenhum deles poderia ser questionado, em razão de o edital não enumerar qual ou quais deles seriam objeto de exigibilidade. Logo, poderia o candidato escolher qual tratado ou convenção poderia ser alvo de eventual recurso, dependendo sua postura do acerto, ou não, da questão que ser-lhe-ia apresentada. Em sendo assim, o erro argumentativo dos recorrentes reside em pensar que o edital está vinculado ao Código de Processo Penal. Entretanto, tal pensar contradiz o próprio fundamento do recurso, pois haveria a necessidade de previsão expressa de tal legislação (o Código de Processo Penal), algo que não ocorreu no presente certame, justamente por se estar centrado na abordagem de institutos de direito processual penal, em lugar de textos de lei em específico. No que diz respeito ao conhecimento exigido para questão em apreço, ele está ligado a “Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil”. No caso presente, a Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas foi ratificada pelo direito brasileiro por meio do Decreto 8.766, de 11 de maio de 2016, que traz o direito processual de toda pessoa privada em sua liberdade ser apresentada, imediatamente, à autoridade judicial. Mais que isso, tal convenção está ligada, direta e umbilicalmente, aos agentes públicos com atuação na fase primária da persecução penal, o que é o caso do presente certame. Por fim, de bom tom lembrar que o edital do certame foi retificado em data de 18 de janeiro de 2018, oportunidade em que, no programa de direito processual penal, passou a indicar o conhecimento de “legislação nacional”, em clara alusão ao fato de que, no que diz respeito àquela área de conhecimento, não estaria a se referir, como pretende o recurso, somente o conhecimento do teor do Código de Processo Penal. Além disso, o tema “audiência de custódia”, ligado ao tópico “Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil”, faz parte da grade de matérias em todos os autores indicados, e a indicação de bibliografia é uma mera “indicação”, pois o conteúdo a ser objeto de questionamento consta no programa de cada disciplina. Por fim, de bom tom lembrar que o edital do certame foi retificado em data de 18 de janeiro de 2018, oportunidade em que, no programa de direito processual penal, passou a indicar a leitura de “legislação nacional”, onde os recorrentes poderiam encontrar o tema exigido. Ao contrário do que foi sustentado no recurso, a questão não envolve o prazo de apresentação da pessoa privada em sua liberdade. Ela envolve, isso sim, a necessidade de apresentação, unicamente, à autoridade judiciária, em lugar de outra com poderes judiciais, tais como autorizado por outros pactos ratificados pelo Brasil. Já em relação à Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas (ratificada pelo direito brasileiro por meio do Decreto 8.766, de 11 de maio de 2016) é explícita em restringir a apresentação de toda pessoa privada em sua liberdade somente à autoridade judiciária, e não a qualquer outra diversa dela. Diz o artigo XI daquela convenção: Artigo XI – Toda pessoa privada de liberdade deve ser mantida em lugares de detenção oficialmente reconhecidos e apresentada, sem demora e de acordo com a legislação interna respectiva, à autoridade judiciária competente. “A CIDFP, incorporada ao nosso direito somente em 2016, prevê que essa apresentação deverá se dar unicamente “à autoridade judiciária competente”, o que, em muito, simplifica eventuais discussões voltadas ao alargamento na interpretação relativa a quem a pessoa privada em sua liberdade deverá ser levada. Ou seja, somente o juiz, em nossa realidade nacional, pode ser entendido como “autoridade judiciária competente”. No entanto, outros textos internacionais indicam que essa apresentação deve ocorrer ao juiz ou outra autoridade habilitada por lei para exercer poderes judiciais, o que ainda motiva a existência dessa discussão no meio doutrinário nacional”

(ANDRADE, Mauro Fonseca ALFLEN, Pablo Rodrigo. Audiência de Custódia no Processo Penal Brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 85). Sabidamente, a obrigação de a autoridade policial apresentar toda pessoa privada em sua liberdade à autoridade judicial, tal como previsto nos textos internacionais ratificados pelo Brasil, recebe o nome de "audiência de custódia", designação, aliás, utilizada pelos Tribunais Superiores. Mais que isso, a Resolução 213, de 2015, do CNJ não criou tal instituto, mas sim, tratou de regulamentar, justamente, o conteúdo dos pactos internacionais que dizem respeito à necessidade daquela apresentação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO: 39 - MANTIDA alternativa 'D'. O enunciado fala de "remédios constitucionais" que correspondem aos meios colocados à disposição dos indivíduos pela Constituição para a proteção de direitos fundamentais. A "dignidade da pessoa humana" não é remédio constitucional. Os remédios constitucionais se encontram em diversos incisos do art. 5º, da CF, (LXVIII; LXXII; LXIX; LXX; XXXIV, a; XXXIV, b; LXXI; LXXIII); e no art. 129, III, da CF. Já a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, da CF). Tais artigos da Constituição Federal de 1988 se encontram no programa publicado pelo Edital. Portanto, não se trata de posicionamento doutrinário, mas de questão formulada de acordo com a previsão constitucional, que está no edital.

QUESTÃO: 40 - MANTIDA alternativa 'A'. O enunciado fala de "remédios constitucionais" que correspondem aos meios colocados à disposição dos indivíduos pela Constituição para a proteção de direitos fundamentais. A "dignidade da pessoa humana" não é remédio constitucional. Os remédios constitucionais se encontram em diversos incisos do art. 5º, da CF, (LXVIII; LXXII; LXIX; LXX; XXXIV, a; XXXIV, b; LXXI; LXXIII); e no art. 129, III, da CF. Já a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III, da CF). Tais artigos da Constituição Federal de 1988 se encontram no programa publicado pelo Edital. Portanto, não se trata de posicionamento doutrinário, mas de questão formulada de acordo com a previsão constitucional, que está no edital.

QUESTÃO: 41 - MANTIDA alternativa 'D'. A resposta à questão está diretamente vinculada ao livro de Luís Roberto Barroso, "Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, que foi indicada na lista de livros do edital. Portanto, não poderá ser objeto outro livro do mesmo autor. A resposta foi elaborada, a partir da citada obra, onde se pode ler que os princípios fundamentais expressam as decisões políticas mais importantes no âmbito do Estado, assim como seus valores mais elevados, elencando: princípio republicano; separa de poderes e dignidade da pessoa humana. Já os princípios constitucionais gerais são especificações dos princípios fundamentais (p. 363 a 369). Portanto, os princípios constitucionais gerais, não são integrantes do núcleo de decisões políticas da formação do Estado, como leciona Barroso. Já como princípios constitucionais gerais o autor elenca: isonomia, segurança jurídica, devido processo legal, sendo a razoabilidade inserida neste grupo, quando menciona ser o fundamento de decidir em um conjunto abrangente de situações, integrando o processo intelectual lógico de aplicação de outras normas, ou seja, de outros princípios e regras (p. 365 a 369). Portanto, a única resposta que deveria ter sido assinalada se referia ao princípio republicano, pois a questão buscava saber a alternativa que não estava representando um dos princípios constitucionais gerais.

QUESTÃO: 42 - MANTIDA alternativa 'B'. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil se encontram no art. 3o, da CF/1988, sendo que a letra "b" está errada e, por isso, deveria ter sido assinalada: a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios que rege as relações internacionais do Brasil, não sendo objetivo fundamental (art. 4o, da CF/1988).

QUESTÃO: 43 - MANTIDA alternativa 'C'. A questão está formulada a partir do conteúdo do art. 170, da CF/1988. Portanto a única alternativa que deveria ser assinalada é a letra "C", pois o seu conteúdo é estranho ao art. 170, já que se encontra no art. 4o, da CF. Vale dizer, a autodeterminação dos povos é um dos princípios que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, não sendo um dos princípios da ordem econômica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO: 46 - MANTIDA alternativa 'B'. A referida Lei veda a admissão de subcontratação de partes de obra, serviço ou fornecimento, por parte da Administração. Equivoca-se o recorrente, eis que o cabeçalho da questão solicitava fosse assinalada a resposta correta e, portanto, identifica-se como única correta a alternativa B, por trata-se da transcrição literal do art. 58, III da Lei nº 8.666 de 1993. Infundado o argumento do recorrente quanto à alternativa E, por evidente falha de interpretação, uma vez que o art. 72 do diploma legal supramencionado não veda que a Administração admita a subcontratação, pelo contrário, admite-a desde que restrinja aos limites assentidos. A Administração não subcontrata, portanto, e o consórcio não é hipótese de subcontratação. Para reprimir, o art. 72 da Lei nº 8.666/93 assim dispõe: *Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.* Diante do exposto, a pretensão do recorrente não deve prosperar e negamos provimento ao recurso interposto, pelos argumentos acima arrolados.

QUESTÃO: 47 - MANTIDA alternativa 'E'. Em relação à assertiva “O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos”. O recorrente ataca a assertiva por falsa indicando que são admitidas supressões até o limite de 50%, sem apresentar fonte. Ressaltamos que o questionamento restringiu-se ao texto de lei e não à casuística, na qual encontra-se sustentada a veracidade da alternativa. Já em relação à assertiva “A competência para a prática do ato administrativo decorre de previsão legal, contudo, admite-se a delegação e avocação nos casos em que não haja exclusividade por força de lei”. Dentre todos os recursos apresentados pelos recorrentes, constatou-se que: não há falsidade ao afirmar que a competência para a prática do ato administrativo decorre de previsão legal; não há contestação de que tanto a delegação e a avocação são admissíveis; não há divergência quanto à circunstância de que, nos casos em que a competência for exclusiva por força de lei, não é possível a delegação e a avocação. Diante de todas as constatações, não se identifica falsidade na assertiva eis que a exclusividade alude à competência e, logicamente, nas situações em que houver exclusividade de competência, não há viabilidade de avocação ou delegação. Portanto, a assertiva restringe-se à competência e a sua possibilidade, sem elencar as situações de avocação e delegação como regra ou como exceção, apenas estampando a inviabilidade quando a competência for exclusiva. Se, na lição de Diógenes Gasparini, a competência para o exercício de um ato administrativo é decorrente de previsão legal, Maria Sylvania Zanella Di Pietro é mais específica ao asseverar que: *“Aplicam-se à competência as seguintes regras: decorre sempre de lei, não podendo o próprio órgão estabelecer, por si, as suas atribuições; é inderrogável, seja pela vontade da Administração, seja por acordo com terceiros; isto porque a competência é conferida em benefício do interesse público; pode ser objeto de delegação ou de avocação, desde que não se trate de competência conferida a determinado órgão a ou agente, com exclusividade, pela lei.”* No item 3 do excerto acima, portanto, encontra-se exatamente a assertiva atacada, salientando-se que, logo após, a própria autora traz à baila a Lei nº 9.784/99, mencionada por vários recorrentes, sem retificar o conceito acima exposto, uma vez que, apenas a título de esclarecimento, tal diploma legal prevê translucidamente, a possibilidade de delegação e avocação de competência. Em relação à assertiva “A atividade estatal de polícia judiciária permite à Administração Pública agir de maneira repressiva, a fim de impedir que o comportamento individual cause prejuízos à coletividade”. A principal diferença entre a atividade de Polícia Administrativa e Polícia Judiciária, como diz Maria Sylvania, é que aquela tem caráter preventivo e esta, repressivo. Não há motivo para anulação, portanto, porque não há incorreção na assertiva. Não são discutidos aspectos secundários, tampouco declarada a exclusividade do impeditivo do comportamento prejudicial à coletividade à ação repressiva, mas evidenciada a principal diferença apontada pela doutrina. Ao mesmo tempo e de acordo com a mesma autora, a Administração, ao agir preventiva ou repressivamente *“(…) pode-se dizer que, nas duas hipóteses, ela está tentando impedir que o comportamento individual cause prejuízos maiores à coletividade”* (grifo nosso). Diante do que não há impropriedade alguma em afirmar que a atividade de polícia judiciária, por seu agir de maneira repressiva, tenta impedir que o comportamento individual cause prejuízos à coletividade. Ressalte-se que o excerto acima, inclusive, foi acostado por alguns

recorrentes em suas razões de recursos, denotando a incompreensão da doutrina indicada na bibliografia básica, da qual foi extraída a questão. Sobre a assertiva “A sindicância é processo sumário de elucidações de irregularidades no serviço público, praticadas por servidores”. O recorrente sustenta que a sindicância é procedimento e não processo, no que residiria a impropriedade da assertiva. No conceito extraído de Diógenes Gasparini, contudo: “a sindicância é processo sumário de elucidações de irregularidades no serviço público, praticadas por servidores”. A autora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, por sua vez, na obra indicada como bibliografia para o concurso, inclui a Sindicância como um dos itens compreendidos pelo subtítulo Processo Sumário. E enfim, sobre a assertiva “O processo administrativo pode ser caracterizado como formal quanto à documentação de todo o seu desenvolvimento e informal por não estar sujeito a normas rígidas, por um menor formalismo que o processo judicial. O processo administrativo precisa efetivamente que todos os seus atos sejam documentados e nisso reside e se restringe sua formalidade. Contudo, há que se considerar que, segundo o que preceitua Diógenes Gasparini, “São, pois, processos administrativos tanto os que encerram um litígio como os que se prestam para outorgar o uso de bem público, para deliberar sobre o pedido de construção, para sugerir à Administração Pública a promoção de um certame para a escolha da bandeira municipal, para expropriar certo bem particular ou selecionar a melhor proposta para determinado negócio.”. Portanto, diferentemente do processo judicial onde há um formalismo estrito para o rito e trâmite do processo, o processo administrativo não encontra essa rigidez normativa de ordem, cronologia ou tramitação, apenas excepcionalmente, como no caso das licitações, por exemplo. Maria Sylvia Zanella Di Pietro reforça, portanto, a necessidade do formalismo dos registros do desenvolvimento do processo administrativo, contudo, diante da vasta gama de assuntos que um processo administrativo pode abarcar, não há incorreção ao sustentar o seu informalismo quando o seu rito, fases ou tramitação estão desprovidos de normas rígidas que o prevejam ou estabeleçam, ao contrário do processo judicial, salvo exceções. Diante de todo o exposto, as pretensões dos recorrentes não devem prosperar e negamos provimento aos recursos interpostos, pelos argumentos acima estampados.

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO: 48 - MANTIDA alternativa 'C'. Trata-se de questão fundamentada no artigo 8º da Lei 12288/2010, o Estatuto da Igualdade Racial, normativa prevista no programa de Direitos Humanos do concurso em tela. Nesse sentido, a resposta “a” resta em desacordo com o artigo supracitado porque, além de não integrá-lo, não se trata, à evidência, de uma política de saúde, conforme explícita o enunciado da questão. Da mesma sorte, a resposta “b” trata do acesso do direito ao esporte e não possui conexão com o enunciado da questão. A resposta correta, por seu turno, é a letra “c”, escorada no art. 8º, III, da Lei 12288/2010. De outra banda, a letra “d” e a letra “e” referem-se a políticas outras que não fazem parte da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

QUESTÃO: 49 - MANTIDA alternativa 'E'. Trata-se de questão fundamentada na Portaria Interministerial SEDH/MJ nº2, de 15 de Dezembro de 2010, constante do programa de Direitos Humanos do concurso em tela. A razão precípua está no comando da questão. Ela localiza o problema a partir do respeito à diversidade, isto é, deixando as respostas restritas aos artigos 10 a 16 do referido diploma legal. Nessa esteira, a letra “a” aponta para um direito previsto no art. 6º da Portaria e que remete à valorização da vida, não estando, portanto, conectada ao respeito à diversidade. Na mesma linha, a letra “b” é consectária de um direito à saúde (art. 23) e não está em acordo com o comando da questão. Seguindo, a letra “c”, prevista no art. 43 da Portaria refere-se à cultura e ao lazer, não possuindo conexão com o enunciado da questão. Da mesma sorte, a letra “d” está a se referir à dignidade e à segurança no trabalho (art. 33) e não possui, portanto, alinhamento com o que se pergunta na questão. Dessa maneira, a única resposta possível é a letra “e”, amparada pelo art. 12 da Portaria em tela.

QUESTÃO: 50 - MANTIDA alternativa 'A'. Trata-se de questão elaborada em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, normativa prevista pelo programa de direitos humanos do concurso em comento. A única resposta correta é a de letra “a”, baseada na literalidade do artigo 1º da Declaração. A Declaração, também, não se atém ao acesso a cargos públicos, motivo pelo qual a letra “b” não possui amparo normativo e não se associa ao comando da questão. A letra “c”, por seu turno, é incorreta, porque o princípio da fraternidade

não possui limitações em funções de calamidades. Na mesma linha de realidade, o Grande Terror da Revolução Francesa é posterior à própria Revolução, e, ainda, não é o motivo central da Declaração em comento, posto que ela, a Declaração, é um documento editado em 1948 e no bojo do encerramento da segunda Guerra Mundial, tornado incorreta a alternativa “d”. A letra “e”, por seu turno, fere o art. 29º, inciso 1, da Declaração, tornando incorreta sua opção.

Academia de Polícia Civil, Porto Alegre, 20 de março de 2018.

Elisangela Melo Reghelin,
Delegada de Polícia,
Diretora-Geral da ACADEPOL.

Daniela Ruschel Malvasio,
Delegada de Polícia,
Diretora da DRS/ACADEPOL.